

1988 - 2008



anos

FIBRA

FUNDAÇÃO ITAIPU - BR
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMPROMISSO ATRAVÉS DO TEMPO



RELATÓRIO ANUAL

2007

FIBRA *passado, presente e futuro*

A FIBRA está às vésperas de comemorar 20 anos de atividades.

Como atestam os resultados de 2007, algumas práticas de gestão consolidam uma história que teve início em abril de 1988. A adoção de medidas cautelosas, como as hipóteses atuariais conservadoras e a provisão de recursos para expectativa de vida média superior às previsões existentes, foram fatores determinantes para que a Fundação viesse a ocupar a 33ª posição num universo de 284 instituições, de acordo com a classificação da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), no item investimentos. Hoje, o patrimônio da FIBRA é superior a R\$ 1,5 bilhão e seu superávit aproxima-se dos R\$ 300 milhões.

A opção por medidas essencialmente prudentes tem por objetivo assegurar que os participantes desfrutem uma aposentadoria tranqüila, porquanto qualquer decisão administrativa pode afetar positiva ou adversamente os sonhos de milhares de pessoas.

Nessas duas décadas, o Brasil sobreviveu a uma série de crises e turbulências. A inflação anual chegou a ultrapassar 2.489%. Os sucessivos e fracassados planos econômicos representaram não só mudanças drásticas, incluindo os cortes de zeros na moeda brasileira, mas também um completo desarranjo da economia. As crises internacionais, que atingiram México, Ásia, Turquia, Rússia e Argentina, abalaram a então combalida economia brasileira. O mercado financeiro adotou taxas de juros reais entre -25% e 32%. A Bolsa de Valores ofereceu rentabilidade de -75% a 320%, e os períodos de calma foram exceções dentro do cenário de instabilidade.

Mas esse contexto desfavorável não foi empecilho ao sucesso da FIBRA. Além do esforço coletivo dos colaboradores, conselheiros e dirigentes – inclusive da patrocinadora ITAIPU – na condução dos seus negócios, houve uma firme e deliberada opção por investimentos, instrumentos, técnicas e formas de gestão que levassem à excelência do modelo operacional da FIBRA, com reflexos diretos sobre os resultados e os serviços prestados, tais como:

- a) programas de qualidade e da certificação ISO 9000, em que o planejamento estratégico serviu como importante ferramenta de política de ação no médio e longo prazo;
- b) adoção de práticas de governança corporativa que privilegiassem a transparência como norma de relacionamento e conduta; e
- c) implementação de instrumentos de gestão de riscos, que contribuíram para a avaliação dos investimentos financeiros voltados a questões como risco e retorno.

Tão ou mais importante, porém, do que cifras, números e resultados financeiros, é a combinação de fatores como tranqüilidade, satisfação e confiança dos participantes, associados ao sentimento de dever cumprido dos dirigentes, conselheiros e colaboradores, que, ao longo desses anos, não mediram esforços para pavimentar essa caminhada.

O desempenho da FIBRA demonstra ainda que as crises, dificuldades e turbulências não foram capazes de abalar nossas expectativas e nossa fé em tempos melhores. Ao contrário, serviram de amálgama para fortalecer o espírito de coletividade no cumprimento de nossa missão, que é garantir aos participantes um futuro tranqüilo, com dignidade e qualidade de vida.

Juntos – participantes, dirigentes e colaboradores – vamos escrevendo a nossa história.



RESULTADOS

de 2007

A rentabilidade dos ativos da FIBRA em 2007 foi de 17,76%. Esse índice supera tanto a meta atuarial prevista, que era de 11,47% (INPC + 6%), quanto a rentabilidade mínima atuarial de 14,02%. Assim, o superávit acumulado ⁽¹⁾ foi de R\$ 273,4 milhões, conforme demonstrativo abaixo.

Valores em R\$ milhões				
Reservas	2006	2007	Variação	Variação %
Provisão Matemática ⁽²⁾ (Passivo Atuarial)	1.090.644	1.224.291	133.647	12,25%
Reserva de Benefícios Concedidos	576.584	728.388	151.804	26,33%
Reserva de Benefícios a Conceder	557.202	536.944	(20.258)	(3,64%)
Reserva a Amortizar	(43.142)	(41.041)	2.101	(4,87%)
Ativo Líquido ⁽³⁾	1.302.532	1.497.712	195.180	14,98%
Resultado Acumulado ⁽¹⁾	211.888	273.421	61.533	29,04%

(1) Superávit Acumulado é o resultado da diferença entre a evolução do Ativo Líquido e do Passivo Atuarial.

(2) Passivo Atuarial (denominado Provisão Matemática) representa o valor atual dos compromissos com benefícios já concedidos e a conceder, já descontada a expectativa de recebimento de contribuições futuras.

(3) Ativo Líquido representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder, já descontadas as provisões diversas.

Empregando-se os mesmos métodos de financiamento e hipóteses atuariais utilizados em 2006, a projeção da variação do Passivo Atuarial para 2007 era de R\$ 99,2 milhões, montante que, deduzido do Ativo Líquido, resultaria num superávit técnico de R\$ 95,9 milhões. Agindo, porém, de forma conservadora, a FIBRA tomou algumas medidas que culminaram em um aumento de R\$ 34,4 milhões em relação ao previsto, em especial: a) atualização do fundo de oscilação de rentabilidade atuarial; b) alterações nas hipóteses atuariais de crescimento salarial e rotatividade; e c) ajuste na metodologia de avaliação do benefício de pensão por morte de participantes não assistidos e de participantes assistidos. Com esse acréscimo de 12,25%, o Passivo Atuarial elevou-se para R\$ 133,6 milhões. No entanto, o crescimento do Ativo Líquido nesse mesmo período foi de R\$ 195,1 milhões, ou seja, 14,98% em relação ao exercício anterior. Veja o demonstrativo abaixo.

Valores em R\$ milhões	
Ativo Líquido em 2006	1.302,5
(+) Rendimentos líquidos dos investimentos previdenciais	220,8
(+) Efeito patrimonial positivo da atualização da rescisão da dação em pagamento e do crédito do impacto atuarial decorrente da alteração do critério da periculosidade	11,4
(-) Saldo previdencial negativo (receitas > despesas previdenciais)	(19,3)
(-) Constituição de Fundo Previdencial	(17,7)
(=) Ativo Líquido em 2007	1.497,7

receitas de CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS

O montante de contribuições recebidas pela FIBRA em 2007 foi de R\$ 42,6 milhões (veja quadro abaixo). Esse número indica variação negativa nas contribuições dos patrocinadores e participantes ativos e variação positiva nas contribuições dos aposentados e autopatrocinados, o que resultou em acréscimo de 1,68% em relação ao exercício anterior.

Valores em R\$ milhões

Origem da Contribuição		2006	2007	Variação %
Patrocinadores	Normal	20.308	20.005	(1,50%)
	Suplementar	3.141	3.094	(1,50%)
	Subtotal	23.449	23.099	(1,50%)
Participantes	Ativos	12.431	12.070	(2,90%)
	Autopatrocinados	660	1.017	54,09%
	Aposentados	4.453	5.533	24,25%
	Jóias, Taxa de Inscrição e Outras	870	846	(2,76%)
	Subtotal	18.414	19.466	5,71%
Total		41.863	42.565	1,68%

DESPESAS PREVIDENCIAIS *com pagamento de benefícios*

As despesas com benefícios previdenciais atingiram no exercício R\$ 61,9 milhões, o que representa aumento de 24,0% em relação a 2006. Esse acréscimo se deve à concessão de novos benefícios decorrentes do Plano de Desligamento Incentivado promovido pela patrocinadora e ao reajuste salarial concedido em novembro de 2007.

Valores em R\$ milhões

Tipo de Benefício		2006	2007	Variação %
Mensal Continuado	Aposentadoria	44.550	55.320	24,18%
	Pensão	5.242	5.876	12,09%
	Auxílio-Reclusão	15	1	(93,33%)
	Subtotal	49.807	61.197	22,87%
Pagamento Único	Resgate de Contribuição	70	650	828,57%
	Auxílio-Funeral	3	5	66,67%
	Subtotal	73	655	797,26%
Total		49.880	61.852	24,00%

A diferença entre receitas e despesas previdenciais gerou uma descapitalização de R\$ 19,3 milhões. No entanto, como a FIBRA adota o regime de capitalização, teoricamente ela pode operar sem receita previdencial desde que o Ativo Líquido seja suficiente para honrar os compromissos atuais e futuros.

resultado dos **INVESTIMENTOS**

Os resultados positivos alcançados em 2007 refletem o contínuo trabalho de aprimoramento e consolidação dos diversos instrumentos de gestão utilizados pela FIBRA. Foi um ano desafiador para o mercado financeiro. A forte volatilidade e os baixos prêmios oferecidos estiveram presentes nos mercados, mostrando a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de alocação dos ativos, mediante a revisão do nível de exposição ao risco para garantir a rentabilidade desejada.

A rentabilidade geral dos investimentos da FIBRA foi de 17,76%, superando em 154,84% a meta atuarial projetada (INPC + 6% a.a.), de 11,47%.

O rendimento líquido auferido nos mercados de renda fixa, renda variável, imóveis e empréstimos a participantes foi de R\$ 222,838 milhões, garantido por uma alocação ótima e diversificada nesses segmentos.

Valores em R\$ milhões

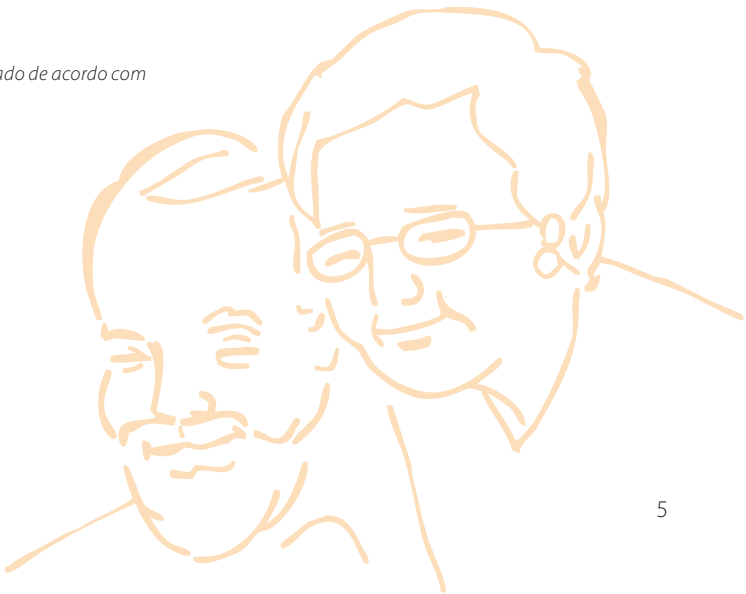
Segmentos	Rentabilidade Obtida pela FIBRA	Parâmetros Comparativos de Mercado	
Geral Método Contábil ⁽¹⁾	17,76%	RMA (INPC + 6%) ⁽³⁾	11,47%
		RMA (var. salarial + 6%)	14,02%
Geral Mercado a Mercado ⁽²⁾	17,44%	CDI	11,82%
Renda Fixa Método Contábil ⁽¹⁾	12,96%	IMA Composto ⁽⁴⁾	12,67%
Renda Fixa Mercado Mercado ⁽²⁾	12,66%		
Renda Variável	36,93%	IBOVESPA	43,68%
		IBRX-50	51,52%
		40% IBOV + 60% IBRX-50	48,33%
Imóveis Locados	14,76%	0,9% do valor dos imóveis para locação	11,35%
Empréstimo a Participantes	13,81%	-	-

(1) Rentabilidade calculada pela opção da curva de aquisição para os papéis mais longos.

(2) Rentabilidade calculada com os preços dos ativos a mercado.

(3) Índice que compreende a variação do INPC de janeiro a dezembro de 2007, acrescido de 6 %.

(4) O IMA (Índice de Mercado Andima) Balanceado é um índice que pondera os diversos grupos de risco de mercado de acordo com a alocação existente na carteira da FIBRA com os subíndices correspondentes da família IMA.



situação do **MERCADO FINANCEIRO**

O mercado financeiro abriu 2007 otimista, firmado em um cenário econômico que previa o controle da inflação, freqüentes reduções das taxas de juros, forte fluxo de capital estrangeiro para investimentos em ações, menor percepção do risco-país, entre outros fatores. Os números finais do exercício demonstram que tais fundamentos estavam bem ancorados, que o país esteve no caminho certo, e que, em um futuro próximo, poderá alcançar o tão sonhado *investment grade*. Os resultados poderiam ter sido melhores se não fosse a crise provocada pelos créditos ruins no mercado financeiro dos Estados Unidos, conhecidos por *subprimes*. Esse fato antecipou o que muitos economistas já previam: a recessão da economia americana, que assustou os investidores e ocasionou forte volatilidade nos mercados mundiais.

A expectativa é que os mercados mantenham-se atentos aos desdobramentos dessa crise, realizando movimentos lentos e incertos. Comparando-se os resultados atuais com os de crises anteriores, percebe-se que o Brasil vem respondendo a esses desafios com maturidade e preservando os bons fundamentos econômicos.

decisões de **INVESTIMENTOS**

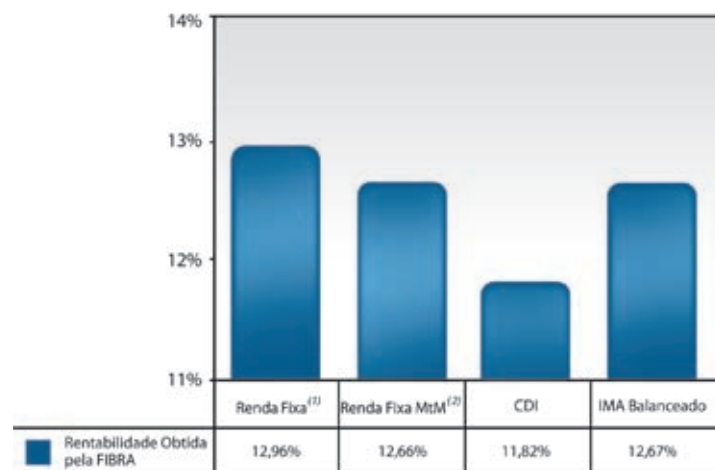
Os recursos da FIBRA são geridos pela própria Fundação, com intermediação de gestores contratados. A conduta da Fundação é pautada pela seriedade, transparência, ética, criatividade e profissionalismo, visando sempre superar os índices de rentabilidade mínima atuarial e assegurar a proteção dos ativos. Sua carteira de investimentos está bastante diversificada em relação aos fatores de risco.

Essa medida não é aleatória ou empírica, mas baseada em análises que avaliam tanto as necessidades de caixa para pagamento dos benefícios quanto as probabilidades nos diferentes cenários do mercado financeiro. Esse estudo, atualizado anualmente por uma empresa de consultoria especializada, é chamado de *Asset Liability Management (ALM)*.

rendimentos obtidos em **RENDA FIXA**

Em 2007, o retorno dos investimentos da Carteira de Renda Fixa foi de 12,96%, percentual correspondente a 102,29% do padrão estabelecido pelo Índice de Mercado Andima (IMA) Balanceado, ou seja, 109,64% do CDI. A queda na taxa Selic foi de 2 pontos percentuais, atingindo o patamar de 11,25% a.a. no encerramento do exercício. Em termos nominais, essa rentabilidade apresentou um índice menor que o de 2006, o que levou os investidores a buscar maior exposição ao risco mediante, por exemplo, aplicações em fundos multimercados.

RENTABILIDADE OBTIDA EM RENDA FIXA



(1) Rentabilidade calculada pela opção da curva de aquisição para os papéis mais longos.

(2) Rentabilidade calculada com os preços dos ativos a mercado.

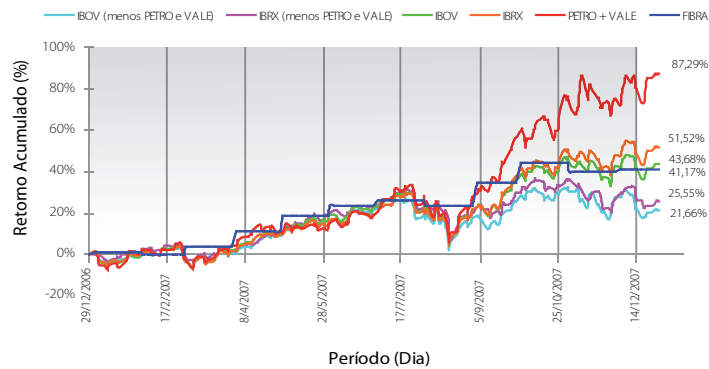
rendimentos obtidos em **RENDA VARIÁVEL**

O mercado de capitais brasileiro comemorou, em 2007, o quinto ano consecutivo de valorização. Com rentabilidade de 43,68%, aos 63.910 pontos, o índice Ibovespa registrou a segunda maior valorização entre as Bolsas de Valores mundiais, perdendo apenas para o índice MSI, da Índia. O ano, no entanto, não foi marcado somente por esse fato auspicioso, mas também pela forte volatilidade registrada nos mercados.

Em julho e agosto, o mercado passou por forte turbulência devido ao agravamento da crise imobiliária nos Estados Unidos. Iniciada no mercado de *subprimes*, a onda se propagou no Brasil durante o segundo semestre de 2007 com o aumento do prêmio de risco global, provocando uma corrida aos ativos de maior liquidez, menor risco ou riscos reduzidos. Com isso, os principais índices da Bolsa de Valores brasileira se beneficiaram por terem em sua composição um grande percentual em ações da Vale do Rio Doce e da Petrobras, empresas que, juntas, representam cerca de 29,30% do índice da Bovespa e 41,66% do IBRX-50. Também influenciaram esse resultado a descoberta do campo de petróleo Tupi na bacia de Santos pela Petrobras e as perspectivas de reajustes superiores a 30% no minério de ferro, o que poderá contribuir para os resultados da Vale do Rio Doce.

No exercício, os papéis das duas empresas tiveram desempenho notável. A ação PN da Petrobras registrou, no final de 2007, valorização de 82,02%, enquanto as ações PNA da Vale do Rio Doce acumularam ganhos de 91,20%. No gráfico a seguir, pode-se observar que, se retirados os papéis da Vale do Rio Doce e da Petrobras, a carteira dos índices teria desempenho bem abaixo da registrada no ano.

COMPARATIVO DE RENTABILIDADE



Para a grande maioria dos fundos de renda variável que possuem gestão ativa, esse movimento trouxe perdas motivadas por suas apostas. Muitos gestores tradicionais, com históricos de rentabilidade acima dos índices, foram prejudicados pelas apostas em posições menores nos papéis da Vale e da Petrobras. O descolamento foi ainda mais sentido no grupo de fundos que não têm correlação

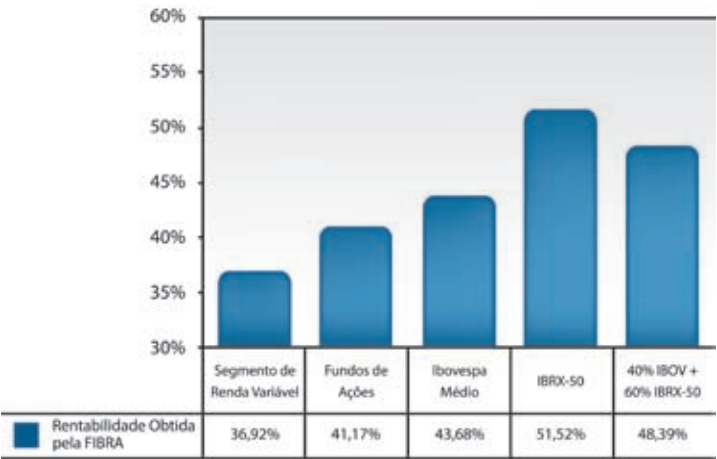
com os índices de mercado. Nos momentos de alta do mercado de ações, esses fundos podem reduzir o desempenho da carteira em relação ao padrão estabelecido, por terem características diferenciadas e serem constituídos por ações menos líquidas e com maior potencial de valorização no longo prazo. Num momento de crise no mercado, porém, estes podem restringir as perdas para a carteira. A FIBRA busca diversificação, para atingir melhores resultados e mitigar os riscos. Com isso, a sua carteira de ações corresponde a 24,80% dos seus investimentos, assim distribuídos:

- 13,17% em fundos referenciados em IBRX-50;
- 6,47% em fundos referenciados no índice Ibovespa; e
- 5,16% em fundos com a característica Renda Variável Outros.

Essa carteira, em 2007, obteve rentabilidade de 41,17%, contra o marco (40% do Ibovespa Médio e 60% do IBRX-50) de 48,39%.

Integram também o segmento de renda variável as carteiras de participações e de derivativos. A carteira de participações é composta por fundos de longo prazo (com média de 10 anos), que investem em projetos de infra-estrutura, óleo e gás e capital empreendedor, com perspectivas de boa rentabilidade. O resultado de cada projeto é apurado por ocasião de sua realização (por retirada do fundo mediante desinvestimento) ou por ocasião do encerramento do fundo. Já a carteira de derivativos se destina a operações de proteção (*“hedge”*). No consolidado, o segmento de renda variável teve rentabilidade de 36,92%.

RENTABILIDADE OBTIDA EM RENDA VARIÁVEL



rendimentos obtidos em **OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO**

A rentabilidade do segmento de empréstimos foi de 13,81%, superando o seu referencial (INPC+ 6% a.a.), que ficou em 11,47% a.a.

rendimentos obtidos em **IMÓVEIS**

Os rendimentos obtidos pela FIBRA sobre o conjunto de imóveis da carteira foram de 10,64%. Se considerados apenas os imóveis locados, a rentabilidade foi de 14,76%, superior ao marco de 0,90% ao mês, previsto na Política de Investimentos, que totaliza 11,35% ao ano. Em continuidade ao plano elaborado em 2006, que visa manter a competitividade dos imóveis localizados nos condomínios Centro Comercial Itália (CCI) e Parigot de Souza, a FIBRA realizou melhorias como a implantação de sistemas de segurança no primeiro e a modernização dos elevadores do segundo. Em paralelo, mantém-se atenta na prospecção de novos inquilinos do segmento corporativo.

PLATAFORMAS ELETRÔNICAS

Atendendo às recomendações legais, a FIBRA realizou todas as suas operações de mercado secundário e papéis de instituições financeiras por meio de plataformas eletrônicas, sistemas que proporcionam maior transparência e segurança, tais como Cetipnet (Cetip) e Bloomberg. Para a aquisição de papéis no mercado primário de títulos públicos, participou de leilões promovidos pelo Banco Central e, para os títulos privados (debêntures), atuou mediante leilões que garantiram total transparência na formação de preços.

POLÍTICAS DE INVESTIMENTO

Atendendo à Resolução nº 3.456 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 1º de julho de 2007, a FIBRA revisou sua Política de Investimentos. A proposta – encaminhada pela Diretoria Executiva, recomendada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo – adotou uma série de alterações no perfil de risco dos investimentos e a flexibilização de limites, em face das constantes reduções das taxas de juros e do bom momento econômico que vivia o país.

Em dezembro, foi aprovada a Política de Investimentos que passou a vigorar em 2008, consolidando as alterações propostas pela atualização do estudo de *Asset Liability Management* (ALM). O resumo desse documento está disponível como anexo deste Relatório, assim como na página da FIBRA na Internet (www.fundacaoitaipu.com.br).

origem e destinação
DOS RECURSOS DA FIBRA

A seguir são apresentadas as informações mais relevantes acerca da origem e destinação dos recursos da FIBRA, incluindo participantes, patrocinadora, governo, empregados e fornecedores, dados que demonstram o cumprimento da função social da Entidade.

**FATOS
RELEVANTES**
em 2007

Origem dos Recursos			
Contribuições Previdenciais	Contribuições previdenciais dos participantes	19.466	14,95%
	Contribuições previdenciais dos patrocinadores	23.099	
Investimentos	Resultado líquido dos investimentos antes dos impostos	223.196	82,42%
	Atualização da rescisão da dação em pagamento e crédito decorrente da alteração do critério de cálculo da periculosidade	11.401	
Outras	Contribuição da ITAIPU para custeio administrativo	7.465	2,63%
	Outras receitas	20	
Total da Origem dos Recursos		284.647	100,00%

Destinação dos Recursos			
Participantes	Assistidos (valor líquido de aposentadorias, pensões, auxílio-reclusão, excluindo o imposto de renda)	53.660	93,83%
	Ex-participantes (resgate de contribuições)	581	
	Participantes em geral (aumento nas reservas para pagamento de benefícios futuros)	133.647	
	Participantes em geral (formação de superávit e fundo previdencial em 2006)	79.202	
Governo (Recolhimento de Tributos)	Decorrente da condição de fundo de pensão (PIS, COFINS, CPMF)	802	3,46%
	Decorrente da condição de empregador e contratante (IR, INSS, FGTS, salário-educação, etc.)	1.435	
	Decorrente do pagamento de aposentadorias e resgates (IR)	7.612	
Empregados	Salários, férias e 13º salário (descontados IR e INSS)	2.724	1,42%
	Vale-refeição	208	
	Saúde – PAMHO	160	
	Auxílio à Educação	15	
	Capacitação e desenvolvimento profissional	36	
	Participação nos Resultados	367	
	Previdência Privada	461	
	Seguro de vida em grupo	52	
	Auxílio-creche	8	
Fornecedores	Atuário, advogados, auditorias, administração dos investimentos, comunicação social, manutenção de equipamentos e software	827	0,29%
Diversos	Aluguéis, material de expediente, água, luz, telefone, serviços gerais, despesas bancárias	722	0,25%
Constituição do Fundo Administrativo no exercício (sobra de recursos administrativos)		2.128	0,75%
Total de Recursos Destinados⁽¹⁾		284.647	100,00%

(1) Não inclui despesas com custódia, depreciação de imóveis e despesas de investimentos.

atuação da fibra JUNTO A SEUS PARTICIPANTES

ABRANGÊNCIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

Desde sua instituição, a FIBRA tem desempenhado importante função social na vida de cada participante e de seus familiares. Em 31 de dezembro de 2007, a Entidade contava com 2.543 participantes, sendo 1.458 ativos, 921 aposentados, 132 pensionistas, 26 autopatrocinadores e 6 em *vesting*. Somando-se os beneficiários diretos, esse número atinge 6.524 pessoas. Foram pagos, em 2007, R\$ 61 milhões em forma de benefícios continuados. No período 1988 a 2007, esse valor foi de R\$ 587 milhões*.

* Valor corrigido anualmente pelo INPC

DIÁLOGO COM OS PARTICIPANTES

Anualmente, a FIBRA promove palestras em Foz do Iguaçu, Curitiba e Rio de Janeiro, nas quais os dirigentes apresentam os resultados contidos no Relatório Anual aos participantes ativos, assistidos e pensionistas. Em 2007, em Foz do Iguaçu, além da palestra, os aposentados e pensionistas participaram de atividades recreativas, de almoço e de visita ao Parque Tecnológico Itaipu - Brasil (PTI).



GRUPO DE TRABALHO PARA AVALIAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em consonância com a política de aproximação da FIBRA com a ITAIPU e com os órgãos que representam os empregados, ocorreram três reuniões em 2007 para discussão de pontos suscetíveis de melhoria no Regulamento do Plano de Benefícios.

PARTICIPANTE E PATROCINADORA COMO CLIENTES

Atenta à melhoria contínua na prestação de serviços aos seus participantes, a FIBRA deu um grande passo à frente no que se refere à qualidade do atendimento. Em abril de 2007, a Entidade adotou um novo instrumento de gestão – o *Customer Relationship Management (CRM)* – para aperfeiçoar o relacionamento com seus clientes, aprimorando o gerenciamento das relações a longo prazo e a

criação de valores para produtos e serviços oferecidos. Sua implantação proporcionou maior agilidade, confiabilidade, integração e centralização das informações e rastreabilidade no atendimento, além da prestação de um serviço personalizado. Num período de 8 meses desde a sua implementação, foram registrados 7.059 atendimentos.



EMPRÉSTIMO AOS PARTICIPANTES

Por oferecer um custo menor em relação ao mercado, desde 10 de abril de 1990, data em que ocorreu a primeira liberação, o serviço de empréstimos pessoais da FIBRA tem contribuído para o bem-estar dos participantes, seja na realização de sonhos ou como socorro financeiro em situações adversas. Em 2007, foram firmados 1.595 contratos, que totalizaram o montante de R\$ 13.021.791,97 em liberações. O saldo da carteira encerrou o exercício com R\$ 39.293.338,76. Esses números mostram não só a importância do programa, como a qualidade do serviço prestado pelos colaboradores da FIBRA. De acordo com os resultados da pesquisa de opinião realizada em 2007, 91% dos participantes ativos e 95% dos assistidos classificaram o serviço de atendimento da Fundação em relação aos empréstimos entre “bom e ótimo”.

NOVOS SERVIÇOS NO SITE

Em 2007, a FIBRA aprimorou a disponibilidade de novos serviços e informações aos participantes por meio de seus sites na Intranet e na Internet. Além de informações sobre a FIBRA, dados cadastrais, notícias sobre o sistema de previdência complementar, entre outras, os participantes encontram notas sobre saúde, turismo e sugestões de literatura, cultura e lazer. Podem acessar também informações sobre formulários de alteração cadastral, nomeação de designados, declaração de dependentes para fins de imposto de renda na fonte, relação de documentos para utilização da indenização de seguro de vida em grupo e indicação de beneficiários e solicitação de isenção de IR por moléstia grave.

SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A filosofia de gestão e aprimoramento contínuo implementada na FIBRA tem-se refletido, ano a ano, nos resultados das pesquisas de opinião realizadas entre os participantes. Em 2007, com um grau de confiança de 95%, a nota média para o item “Avaliação Geral” foi

9,1. Esse resultado demonstra que os participantes, mais uma vez, aprovaram a gestão administrativa da Fundação. Ainda de acordo com a consulta, 51% dos participantes ativos estavam “muito satisfeitos” com a transparência das informações e 46% “satisfeitos”; 64% afirmaram que o atendimento da Fundação é “ótimo”, enquanto 35% o consideram “bom”. Entre os aposentados, 40% manifestaram-se “muito satisfeitos” com a transparência das informações e 57% “satisfeitos”, ao passo que 57% dos pensionistas estão “muito satisfeitos” e 51% “satisfeitos”.

Foram entrevistados, por telefone, 592 participantes de um universo de 2.487, sendo 278 assistidos e 314 ativos, com perguntas específicas para cada público. Desde 2000, a FIBRA tem utilizado esse recurso como ferramenta para avaliação crítica dos serviços prestados aos participantes e dos processos de comunicação e para elaboração do Planejamento Estratégico.

atuação da fibra **EM RELAÇÃO A SEUS COLABORADORES**

Uma das prioridades na política de Recursos Humanos da FIBRA tem sido capacitar e aprimorar os colaboradores para o pleno exercício de suas funções. Em 2007, foram realizadas 944 horas de treinamento, uma média aproximada de 25 horas/colaborador. Outra ação importante foi a implementação do Programa de Avaliação e Competência Individual para subsidiar os colaboradores e gestores tanto no conhecimento de suas atividades como no direcionamento das equipes.

Além dessas medidas, a FIBRA manteve-se atenta às necessidades de ordem administrativa e, fundamentada em estudo de redimensionamento do quadro funcional, alterou sua estrutura de pessoal. Foram contratados dois novos colaboradores para as funções de assessor e assistente da Diretoria Executiva, uma analista previdenciária para a Diretoria de Seguridade e uma profissional para a Gerência de Administração e Serviços, na Diretoria Administrativa e Financeira. Exceto para a função de assistente da Diretoria, todas as demais contratações foram para substituição de colaboradores que deixaram a Fundação ou se aposentaram.

Com foco na motivação do corpo funcional, e conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2006-2007, a FIBRA concedeu a seus colaboradores, a título de Participação nos Resultados, o pagamento de benefício vinculado ao desempenho positivo de indicadores preestabelecidos e acompanhados periodicamente pela Diretoria. Os recursos utilizados para pagamento são provenientes da conta “Sobrecarga Administrativa” e não oneram o custo do Plano Previdenciário.

atuação da fibra **NA COMUNIDADE PREVIDENCIÁRIA**

PARTICIPAÇÃO NAS ENTIDADES ASSOCIATIVAS

A FIBRA tem participado ativamente das entidades que compõem o sistema de previdência complementar. No Paraná, o diretor superintendente da FIBRA exerceu a função de diretor da Associação dos Fundos de Pensão do Paraná (Previpar). Em âmbito nacional, a FIBRA participa do Conselho Deliberativo e das Comissões Técnicas Nacionais de Comunicação e Fomento e Investimentos da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), dos Grupos Técnicos de Contabilidade em Apoio à Secretaria de Previdência Complementar, das Câmaras Técnicas da PREVIPAR e da Associação Nacional dos Contadores de Entidades de Previdência (ANCEP).

Dirigentes e colaboradores também participaram como palestrantes em eventos promovidos pela ABRAPP, pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, pela revista Investidor Institucional e pela Fundação VikinkPrev, em que foram abordados temas como “A Importância da Previdência Complementar”, “Investimentos no Novo Cenário” e “A Gestão do Risco Jurídico sob a Ótica de um Dirigente”. A FIBRA trouxe a público ainda a aplicação de algumas ferramentas de gestão desenvolvidas internamente, como o sistema CRM, voltado ao atendimento dos participantes, que foi apresentado no 15º Encontro de Comunicação dos Fundos de Pensão.

O diretor superintendente da FIBRA, Silvio Rangel Silveira, foi escolhido pelo Instituto Cultural de Seguridade Social (ICSS) como Dirigente Regional Sul de 2007 do Sistema de Previdência Complementar. A solenidade foi realizada no auditório da Bolsa de Valores, no Rio de Janeiro. Os executivos – seis em âmbito regional e um em âmbito nacional – foram escolhidos pelos próprios dirigentes de fundos de pensão.

CONGRESSO DOS FUNDOS DE PENSÃO

Os dirigentes da FIBRA participaram do 28º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, realizado em Belo Horizonte (MG). O tema em 2007 foi “Capitalismo Social e Crescimento. O Futuro é Agora”. O evento contou com mais de 2.300 participantes, entre dirigentes, autoridades, técnicos e especialistas, para o debate das principais questões relativas à previdência complementar.

atuação da fibra COM A COMUNIDADE

5º ENCONTRO DE PARTICIPANTES

Em 2007, o 5º Encontro de Participantes da FIBRA foi realizado em Foz do Iguaçu com a presença de mais de 1.000 pessoas, entre participantes e convidados. O slogan "ITAIPU e FIBRA - Energia que gera talentos" foi uma homenagem àqueles que, além das atividades profissionais, desenvolvem algum tipo de arte. Juntamente com apresentações musicais, foram expostas numa galeria as fotos e obras de cinquenta desses participantes. Como parte dos ingressos, foram arrecadados alimentos não perecíveis e produtos de higiene pessoal num total de 1,2 tonelada, os quais foram distribuídos a entidades assistenciais da cidade.

COLEGIADOS DA FIBRA

A sintonia entre os colegiados da FIBRA – Conselhos Deliberativo e Fiscal, Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva – tem sido, nos últimos anos, preponderante para o fortalecimento da Fundação como instituição responsável por oferecer segurança e tranquilidade a seus participantes. Em 2007, o Conselho Deliberativo realizou oito reuniões, o Conselho Fiscal sete e o Comitê de Investimentos doze.



Em 2007, motivado pelo fim de seu vínculo empregatício, um membro titular do Conselho Deliberativo foi substituído, conforme determinação do Diretor-Geral Brasileiro da ITAIPU.

Em novembro, foi realizada eleição para escolha de representantes dos participantes ativos e assistidos no Conselho Fiscal para o triênio 2008-2011. A posse dos novos membros está marcada para 1º de abril de 2008.

GESTÃO *da fibra*

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Para garantir e proteger os interesses de seus participantes, a FIBRA tem concentrado esforços na adoção e manutenção das melhores práticas de governança corporativa. Diversas medidas têm sido adotadas internamente para aprimoramento dos mecanismos de governança, gestão e controles. Em 2007, o Comitê de Controle de Riscos desenvolveu nova etapa do programa de Análise dos Processos e Avaliação de Riscos. O resultado dessa fase foi animador e, comparado à avaliação anterior, evidenciou melhor conhecimento e uso dos instrumentos de controle. Mostrou ainda que essas práticas tornam a avaliação mais confiável, além de mitigar os riscos existentes.

Por sua vez, o Comitê de Ética, cuja missão é zelar pela observância dos valores, princípios e normas de conduta da FIBRA, foi responsável pelo reordenamento do Código de Ética para adequá-lo às novas regras de Governança. Nesse período, foi contratado um sistema de acompanhamento processual.

O Sistema de Gestão da Qualidade foi auditado em maio e novembro de 2007 pelo órgão Certificador BVQI, que recomendou a permanência da Certificação ISO 9001:2000. Desde sua implantação, a FIBRA tem demonstrado maturidade na gestão de seus processos por meio das ferramentas utilizadas, pelos resultados das auditorias e pelo comprometimento dos colaboradores.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com maturidade e equilíbrio, a FIBRA desenvolveu em 2007 um ciclo de pensamento estratégico voltado à análise e entendimento do seu segmento, da patrocinadora e da própria Fundação. Para equilibrar os conceitos da metodologia utilizada – *Balanced Score Card (BSC)* – foram desenvolvidos encontros de alinhamento que possibilitaram a revisão do direcionamento estratégico e do mapa estratégico e o estabelecimento de intervenções (projetos que produzem incrementos significativos na gestão da FIBRA), com indicadores e metas para 2008. A essa fase seguiu-se a imprescindível busca do envolvimento de todos os colaboradores da Fundação. Assim, o resultado dos esforços empreendidos durante a fase de pensamento foi apresentado aos colaboradores, detalhando-se e definindo-se seus grandes objetivos e a importância da participação de cada um no processo de implementação e alcance das metas estabelecidas. Além disso, o mapa estratégico e as intervenções

propostas para 2008 foram colocados à disposição de todos na Intranet da FIBRA. Nesse ambiente, é possível consultar os planos de ação para cada intervenção, o que favorece o acompanhamento e participação de todos.

Como direcionador dos esforços de melhoria, a Participação nos Resultados (PR) foi vinculada às metas do planejamento estratégico, proporcionando assim um motivador adicional ao desenvolvimento das intervenções definidas para esse ciclo.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em sintonia com as tendências de mercado e orientada pelo Manual de Organização, a FIBRA promoveu, em 2007, as seguintes alterações em sua estrutura organizacional:

- alteração da denominação “Área de Informática” para “Tecnologia da Informação”, devido à atribuição a ela de novas atividades, como a gestão da telefonia;
- alteração da subordinação da Área de Comunicação, que passou a reportar-se à Assessoria da Superintendência, aproximando-se da Diretoria Executiva;
- atribuição da responsabilidade pelo acompanhamento jurídico à Assessoria da Superintendência, consolidando a gestão administrativa dos processos jurídicos da FIBRA; e
- adequação de responsabilidades dos órgãos técnicos da Diretoria da Seguridade e atribuição de novas atividades a eles.

NOVA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE RENDA FIXA

Em 2007, a FIBRA iniciou os trabalhos de implantação de nova estrutura de gestão da carteira de investimentos. Na primeira fase, foi contratado novo custodiante qualificado, centralizando-se nele as

funções de custódia, controladoria e administração fiduciária. Essa medida propiciou a revisão de todos os processos operacionais e a implantação de novos serviços, notadamente o de compliance ativo ex-ante, que consiste em verificar o enquadramento das operações aos parâmetros estabelecidos pela legislação, pela política de investimentos ou por outros critérios adotados.

Na segunda fase, concluída em dezembro, foi revista a estrutura de gestão da carteira de renda fixa, separando-se os ativos por nível de risco. Assim, com a transferência dos ativos para a carteira própria, foram encerradas as atividades de vários fundos exclusivos de renda fixa.

Além da maior eficiência na gestão dos investimentos mediante otimização da estrutura, a implantação desse novo modelo proporciona melhorias operacionais na integração com a contabilidade, aumento da segurança e transparência das operações em consonância com os mais altos padrões de governança corporativa, além de perspectiva de redução dos custos diretos de investimentos em aproximadamente R\$ 745 mil por ano.

A terceira fase, prevista para 2008, prevê a realização de estudos para constituição de fundos de investimentos com expertise direcionada, a fim de aproveitar o conhecimento e a experiência dos gestores em determinados segmentos do mercado.

ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

A FIBRA encaminhou à Secretaria de Previdência Complementar (SPC) proposta de adequação do regulamento do seu Plano de Benefícios à Resolução nº 19, de 25 de setembro de 2006, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC).

A Resolução, disponível em www.fundacaoitaipu.com.br, determina que os fundos de pensão alterem alguns itens relacionados com benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio. Depois de discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho da Administração da patrocinadora ITAIPU, as mudanças no regulamento do Plano de Benefícios foram encaminhadas à SPC.

FISCALIZAÇÕES E AUDITORIAS

Durante o primeiro semestre de 2007, a auditoria interna da ITAIPU concluiu seu trabalho na FIBRA, tendo assinalado nove pontos relacionados à área de recursos humanos e contratos administrativos.

Após a devida análise, todos os itens foram respondidos no prazo determinado pelas normas de procedimento da auditoria interna.

COMUNICAÇÃO DA FIBRA

Consciente da importância de aprimorar sua política de comunicação, a FIBRA, em 2007, incluiu o tema como discussão no seu Planejamento Estratégico. Essa medida visa estabelecer não só um relacionamento ágil e transparente, mas também adequar os meios disponíveis a cada um dos seus públicos. A proposta sugere ainda a padronização do layout em materiais gráficos e eletrônicos, passando pela adoção de linguagem simples, clara e inteligível e culminando com práticas eficazes, modernas e capazes de garantir adequada sintonia com participantes, com a patrocinadora e com os demais parceiros.

As primeiras ações foram as campanhas de endomarketing para divulgação, tanto aos participantes como aos colaboradores, de mensagens pelo correio eletrônico e por meio de cartazes. Outra medida foi remodelar o conteúdo das páginas da Internet e da Intranet, possibilitando ao participante fazer uso de uma série de serviços, informações e notícias.

PENDÊNCIAS *patrimoniais*

TÍTULOS DE ALAGOAS

Ao final do exercício de 2007, o crédito da FIBRA em Letras Financeiras do Tesouro (LFT-Bs) recebidas do Tesouro Nacional pelo acordo entre credores e o Estado de Alagoas e do aditamento ao contrato entre a União, a FIBRA e o Estado de Alagoas, era de R\$ 27.694 mil. Das 96 parcelas previstas como pagamento, 62 já foram recebidas. Restam ainda pendências judiciais decorrentes da Resolução nº 53/2002, do Senado Federal, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos. Essa hipótese pode ser mitigada ante a possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir decorrentes de ações judiciais movidas pela FIBRA e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

BANCO SANTOS

O escritório de advocacia contratado pela FIBRA – Ulhôa Canto, Rezende & Guerra Advogados, de São Paulo – é responsável pelo acompanhamento do processo de falência do Banco Santos S.A. e pelo envio mensal de relatório à Fundação. Em 2007, por seu Consultor Jurídico, a FIBRA ingressou com ação de Protesto Judicial perante a Justiça Federal com o intuito de salvaguardar

o prazo prescricional de eventual ação indenizatória. O processo foi distribuído em 9 de setembro de 2007 à 6ª Vara Federal de Curitiba, e o Banco Central do Brasil já foi intimado. Encontra-se em trâmite a carta precatória para intimação, em São Paulo, de Edmar Cid Ferreira, ex-acionista majoritário da instituição.

TRIBUTAÇÃO IMPOSTO DE RENDA

Diante do tratamento tributário diferenciado dado às entidades abertas de previdência privada com fins lucrativos, em detrimento das entidades fechadas sem fins lucrativos, em 2002 a FIBRA efetuou os depósitos judiciais para prosseguir discutindo a questão da exigibilidade do Imposto de Renda. Mesmo assim, a Fundação foi autuada pela Receita Federal, que exigiu o pagamento do IR relativo ao período da anistia, ou seja, de janeiro de 1997 a agosto de 2001. A Fundação apresentou recurso voluntário contra essa autuação ao Conselho de Contribuintes, permanecendo no aguardo da sentença final.

Os depósitos judiciais que vinham sendo corrigidos indevidamente pela TR passaram, a partir de outubro de 2007, a ser atualizados pela SELIC. Com a regularização, os recursos foram colocados à disposição da União, mas a conversão em renda só ocorrerá após o trânsito em julgado. A questão ainda não foi totalmente resolvida porque a Caixa Econômica Federal começou a atualizar os depósitos judiciais a partir de outubro, faltando regularizar o saldo referente ao período em que foi atualizada pela TR. A FIBRA protocolou nova petição, requerendo a regularização dos saldos anteriores aos depósitos judiciais calculados pela SELIC. O pedido ainda não foi julgado.

PIS/COFINS

Em face do julgamento desfavorável em 1ª instância, em 2005 a FIBRA protocolou na Receita Federal declarações de desistência das ações judiciais que questionavam a incidência da COFINS e do PIS. Com essa desistência, em dezembro de 2006 os depósitos judiciais foram convertidos em renda da União Federal, o que corresponde ao total pagamento do crédito tributário discutido para fins de gozo da anistia em questão, conforme a decisão judicial. Assim, não há valores complementares a serem pagos em relação ao PIS e à COFINS, somente os honorários de sucumbência e custas processuais da ação da COFINS, em valor estimado de R\$ 10 mil, que poderão ser executados pela Fazenda Nacional.

As contribuições para o PIS e a COFINS vêm sendo recolhidas pela FIBRA à Receita Federal, conforme determinam as normas tributárias para os fundos de pensão. A Fundação aguarda o julgamento do recurso voluntário administrativo da COFINS perante o Conselho de Contribuintes.

A mensagem de capa sintetiza
a **missão da FIBRA**,

"Compromisso através do tempo",

perpassando por várias gerações
de participantes e seus dependentes.



DIRETORIA EXECUTIVA

Silvio Renato Rangel Silveira
Diretor Superintendente

Denyse Gubert Rocha
Diretora Administrativa e Financeira

Flórcio Medeiros da Costa
Diretor de Segurança

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares

Antonio José Correia Ribas
Presidente

José Ricardo da Silveira
Presidente Substituto

Ariel da Silveira
Sérgio Possolo Gomes
Luis Antonio Schwanz
Reinaldo Rodrigues

Suplentes

Antonio Carlos Nantes
Cristina de A. Maranhão Gomyde
Cícero Antonio Miller dos Santos
Giovani dos Anjos Teixeira
Bruno Túlio
Edemilson Mota Léo

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Titulares

Antonio Dilson Pereira
Presidente

Luis César Savi
Presidente Substituto

Luiz Covello Rossi
Carim Pydd
Humberto Ventura Godinho
Zilda do Rocio de Freitas Barbosa

Suplentes

Márcia Abreu de Aguiar Buerger
Giovanni Leiria da Silva
Marcos D'íppólito
Luis Alberto Pereira Oliveira
José Maria Varassin
Aroldo Guimarães Adur

CONSELHO FISCAL

Titulares

Eliezer Fryszmann
Presidente
Arthur de Souza Pinto Filho
Presidente Substituto

Luiz Fernando Teigão
Maria Leonor de Souza

Suplentes

Ana Maria Garcia Rossi
Henrique Albernaz Cocchiararo
Ingo Juarez Schneider
Luciano do Amaral Martins
Luiz Aparecido de Godoi Salgado
Saul Hirsch

Constituição 26/02/1988
Início das atividades 01/04/1988
Reconhecida em 30/11/1988 pela
Portaria nº 4367/MPAS

Rua Comendador Araújo, 551
9º andar CEP 80420-000
Curitiba-Paraná-Brasil
Telefone (41) 3321-4001
Fax (41) 3223-3628
0800 41 4404
www.fundacaoitaipu.com.br
fibra@fundacaoitaipu.com.br

Escritório em Foz do Iguaçu:
Centro Executivo da Itaipu
Telefone: (45) 3520-5026

*Este relatório foi produzido a
um custo unitário de R\$ 4,79
proveniente do custeio
administrativo da FIBRA.*



BALANÇO

patrimonial



R\$ MIL

ATIVO	2007	2006
DISPONÍVEL	65	26
REALIZÁVEL	1.559.898	1.343.400
Programa Previdencial	88.218	94.866
Programa Administrativo	24	33
Programa de Investimentos	1.471.656	1.248.501
Renda Fixa	1.038.593	942.915
Renda Variável	372.859	246.573
Investimentos Imobiliários	20.915	21.356
Operações com Participantes	39.289	37.657
PERMANENTE	371	415
Imobilizado	327	346
Diferido	44	69
Total do Ativo	1.560.334	1.343.841

R\$ MIL

PASSIVO	2007	2006
EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.975	2.679
Programa Previdencial	1.382	446
Programa Administrativo	706	543
Programa de Investimentos	1.887	1.690
EXIGÍVEL ATUARIAL	1.224.291	1.090.644
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.224.291	1.090.644
Benefícios Concedidos	728.388	576.584
Benefícios a Conceder	536.944	557.202
Provisões Matemáticas a Constituir (-)	(41.041)	(43.142)
RESERVAS E FUNDOS	332.068	250.518
EQUILÍBRIO TÉCNICO	273.421	211.888
RESULTADOS REALIZADOS	273.421	211.888
Superávit Técnico Acumulado	273.421	211.888
FUNDOS	58.647	38.630
Programa Previdencial	44.287	26.618
Programa Administrativo	13.327	11.199
Programa de Investimentos	1.033	813
Total do Passivo	1.560.334	1.343.841

DEMONSTRAÇÃO

de resultados

R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO	2007	2006
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+) Recursos Coletados	61.430	66.427
(-) Recursos Utilizados	(61.853)	(49.879)
(-) Constituições de Contingências	(21)	(41)
(-) Custeio Administrativo	(7.465)	(7.348)
(+) Resultado dos Investimentos Previdenciais	220.758	186.906
(-) Constituições de Provisões Atuariais	(133.647)	(98.888)
(-) Constituições de Fundos	(17.669)	(26.618)
(=) Superávit Técnico do Exercício	61.533	70.559
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	7.465	7.348
(+) Receitas	0	5
(-) Despesas	(7.442)	(6.987)
(+) Reversões de Contingências	25	20
(+) Resultados dos Investimentos Administrativos	2.080	1.667
(=) Constituições de Fundos	(2.128)	(2.053)

R\$ MIL

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+) Renda Fixa	121.883	123.766
(+) Renda Variável	94.595	59.634
(+) Investimentos Imobiliários	2.119	2.258
(+) Operações com Participantes	5.190	4.166
(-) Relacionados com o Disponível	(358)	(624)
(-) Outros	(371)	(438)
(-) Resultados Transferidos de Outros Programas	(222.838)	(188.573)
(=) Constituições de Fundos	(220)	(189)

DEMONSTRAÇÃO

do fluxo financeiro

DISCRIMINAÇÃO		R\$ MIL	
(+)	PROGRAMA PREVIDENCIAL	2007	2006
(+)	ENTRADAS	68.832	64.905
(+)	Recursos Coletados	61.430	66.427
(-/+)	Recursos a Receber	(720)	5.790
(+/-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	8.122	(7.312)
(-)	SAÍDAS	(61.692)	(49.901)
(-)	Recursos Utilizados	(61.853)	(49.879)
(+)	Utilizações a Pagar	183	19
(-)	Constituições de Contingências	(22)	(41)
(-)	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(7.201)	(6.991)
(+)	ENTRADAS	25	25
(+)	Receitas	-	5
(+)	Reversões de Contingências	25	20
(-)	SAÍDAS	(7.226)	(7.016)
(-)	Despesas	(7.442)	(6.987)
(+/-)	Despesas a Pagar	41	(52)
(+/-)	Despesas Futuras	1	(11)
(+)	Permanente	44	11
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades	130	23

DEMONSTRAÇÃO

patrimonial e de resultados

ATIVO	2007	2006
ATIVO	1.560.333.795,89	1.343.840.532,39
DISPONÍVEL	65.435,83	26.394,72
CONTAS A RECEBER	88.241.134,66	94.898.643,29
APLICAÇÕES	1.471.656.382,64	1.248.500.625,54
Renda Fixa	1.038.593.459,64	942.914.611,75
Renda Variável	372.858.552,90	246.573.023,46
Imóveis	20.914.872,28	21.356.082,48
Empréstimos/Financiamentos	39.289.497,82	37.656.907,85
BENS DE USO PRÓPRIO	370.842,76	414.868,84

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A rentabilidade geral da FIBRA, apurada pelo atuário pelo método de Taxa Interna de Retorno (TIR) com fluxo mensal, foi de 17,85% (17,98% em 2006), superior portanto à meta atuarial esperada, calculada pelo INPC + 6% ao ano, que foi de 11,08% (8,74% em 2006), e também superior à Rentabilidade Mínima Atuarial efetiva de 14,02% (11,28% em 2006).

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

A importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2007 representou, do total das receitas previdenciais:

- 14,94% (14,18% em 2006) - se considerarmos todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobrecarga administrativa, cujo limite é 15% das contribuições previdenciais.
- 9,22% (8,81% em 2006) - se considerarmos o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração dos investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificação do cumprimento do limite de 15%).

		R\$ MIL	
(-)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	100	(8.006)
(+/-)	Renda Fixa	26.205	(23.779)
(-/+)	Renda Variável	(31.691)	12.942
(+)	Investimentos Imobiliários	2.560	2.803
(+)	Operações com Participantes	3.560	875
(-)	Relacionadas com o Disponível	(358)	(624)
(-)	Outros	(176)	(223)
(=)	Fluxo nas Disponibilidades	39	7
(=)	Variação nas Disponibilidades	39	7

Plano de Benefícios da FIBRA - CNPB nº 19880012184

PASSIVO	2007	2006
PASSIVO	1.560.333.795,89	1.343.840.532,39
CONTAS A PAGAR	3.974.977,48	2.678.717,05
VALORES EM LITÍGIO	-	-
COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	1.224.290.667,26	1.090.644.009,82
FUNDOS	58.646.895,63	38.629.480,88
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	273.421.255,52	211.888.324,64
DESCRIÇÃO	2007	2006
(+) CONTRIBUIÇÕES - Inclui rendimentos da rescisão da dação em pagamento no valor de R\$ 9.848 mil em 2006 e R\$ 11.401 mil em 2007	61.429.928,37	66.426.989,82
(-) BENEFÍCIOS	(61.853.128,75)	(49.879.135,58)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	222.838.228,17	188.573.854,02
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	222.415.027,79	205.121.708,26
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(7.416.618,40)	(6.982.712,12)
(-) UTILIZAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	(21.633,11)	(21.131,51)
(-) UTILIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS (FORMAÇÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS)	(133.646.657,44)	(98.887.572,95)
(-) UTILIZAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(19.797.187,96)	(28.670.952,25)
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	61.532.930,88	70.559.339,43

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2007 e de 2006.

Em milhares de reais.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, entidade patrocinada pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria n.º 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direitos os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2007, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.456, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da FIBRA é único e pertence à modalidade de "Benefício Definido", tendo como principal objetivo, complementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da FIBRA são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por velhice;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Suplementação de Auxílio-reclusão;
- Auxílio-funeral por morte de dependente;
- Abono anual.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstas pelo regulamento.

Como a entidade administra somente um plano de benefícios, a estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social-MPS, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes de longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios mantido pela entidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento ao subitem 21, do item IV, do anexo E, da Resolução CGPC nº 05/2002 de 30 de janeiro de 2002 e alterações através da Resolução CGPC nº 10/2002 de 05 de julho de 2002 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, apresentamos a seguir as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis.

3.1 APURAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

3.2 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

. renda fixa e renda variável

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4/02, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- (i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e

(*ii*) Títulos mantidos até o vencimento - quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (*i*) acima, são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (*ii*) acima, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

. investimentos imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em dezembro de 2005, suportada por laudos técnicos, menos depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber, conforme determina a Resolução nº 5, de 30 de janeiro de 2002, do CGPC. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

. operações com participantes

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003, são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês.

. provisão para perdas

Constituída considerando avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.3. ATIVO PERMANENTE

Avaliado pelo custo de aquisição e considera:

- Depreciação de acordo com a vida útil estimada dos bens, sendo 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos e 20% para computadores e periféricos, calculada pelo método linear.
- Amortização do diferido pelo prazo de 5 anos.

3.4. EXIGÍVEL OPERACIONAL

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3.5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Os valores registrados no exigível contingencial relativos a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF do Programa de Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos valores históricos e líquidos dos seus respectivos depósitos judiciais.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base a alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001.

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda. (nota explicativa 6).

3.6. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos de consultor atuarial externo, contratado pela entidade, Jessé Montello Serviços em Atuária e Economia Ltda. e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários. Na avaliação atuarial de 2007 foram promovidas as seguintes modificações nos métodos de financiamento e hipóteses, em relação ao exercício de 2006: aumento do fundo de oscilação de rentabilidade atuarial; atualização nas hipóteses atuariais de crescimento salarial e rotatividade; ajuste, na metodologia de avaliação do benefício de pensão por morte de participantes não assistidos e de participantes assistidos, conforme consta do parecer atuarial. Estas modificações resultaram na diminuição do Superávit Técnico de R\$ 34.411 em 2007.

As provisões matemáticas foram reavaliadas pelo atuário responsável na data base de 31 de dezembro de 2007.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cál-

culo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos a auxílio reclusão e funeral, que foram avaliados pelos métodos de capital de cobertura e repartição simples, respectivamente. A estrutura do cálculo atuarial contempla aumentos salariais de 1,85% (1,94% em 2006) ao ano, uma taxa de rotatividade média de 0,14% ao ano (0,25% em 2006) e uma taxa de retorno dos investimentos à razão de 6% (6% em 2006) ao ano depois de descontados os efeitos da inflação.

. benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

. benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, conforme descrito a seguir:

- (i) os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.
- (ii) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

. provisões matemáticas a constituir

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço anterior e que está sendo integralizada por taxa suplementar sobre a folha de salários dos empregados da patrocinadora, a vigorar durante 480 meses a contar da data de constituição da entidade, em abril de 1988, e amortizada pelo mesmo prazo.

3.7. FUNDOS

. programa previdencial

Corresponde ao Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial, no valor de R\$ 44.287 constituído atuarialmente para garantir questões que, eventualmente, possam vir a interferir na capacidade da fundação em obter a taxa de juros de 6% ao ano, necessária ao equilíbrio atuarial do plano.

. programa administrativo

Permanente . Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos do programa administrativo dos recursos do programa previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

Financeiro . A contribuição para atender aos gastos administrativos da FIBRA, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições do patrocinador ITAIPU Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras entre esse limite e o valor efetivamente realizado são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo para custeio futuro.

. programa de investimentos

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer ou a ficar inválidos, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

3.8. TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

. programa de investimentos

As receitas dos investimentos mensais (correção monetária, juros, deságio, prêmios, dividendos, lucros de venda, etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, IOF, prejuízos na venda, ágio, etc.), são transferidas para os programas previdencial e administrativo, de acordo com os recursos de cada programa.

. programa previdencial

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações dos recursos disponíveis do plano de benefícios e transfere valores para o programa administrativo para cobertura das despesas administrativas.

. programa administrativo

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo disponível, além dos valores transferidos do programa previdencial para cobertura das despesas administrativas.

3.9. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas são contabilizadas no programa administrativo, e a importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2007 representou, do total das receitas previdenciárias:

- 14,94% (14,18% em 2006) - considerando todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobrecarga administrativa (critério contabilizado);
- 9,22% (8,81% em 2006) - considerando o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração do programa de investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificar o cumprimento do limite de 15%).

4. REALIZÁVEL

4.1. PROGRAMA PREVIDENCIAL

	2007	2006
Recursos a Receber		
Contribuições Normais e Sobrecarga Administrativa	3.805	3.724
Patrocinadora	3.667	3.678
Autofinanciados	138	46
Contribuições Extraordinárias – Patrocinadora	473	478
 Contribuições Contratadas – ITAIPU Binacional	83.940	83.296
Outras contratações	83.940	83.296
Rescisão de Dação em Pagamento (nota explicativa 10)		
Outros Realizáveis – Programa Previdencial	-	7.368
Crédito referente ao impacto atuarial decorrente de alteração no cálculo de periculosidade – ITAIPU Binacional	-	7.368
	88.218	94.866

. outros realizáveis – programa previdencial

O valor demonstrado em 2006, em “Outros realizáveis” – crédito referente ao impacto atuarial decorrente de alteração no cálculo de periculosidade – ITAIPU Binacional, no valor de R\$ 7.368 , refere-se a importância que foi paga em 6 parcelas, a partir de julho de 2007, pelo patrocinador ITAIPU, relativo a repercussão futura esperada para o Passivo Atuarial do Plano de Benefícios da FIBRA em decorrência da mudança efetivada, na forma de pagamento da periculosidade a seus empregados. O procedimento de cobertura para estes casos está previsto no parágrafo 1º do artigo 75 do Regulamento do Plano de Benefícios.

4.2. PROGRAMA ADMINISTRATIVO

	2007	2006
Despesas Futuras	21	22
Adiantamentos	21	22
Outros Realizáveis	2	11
Créditos Junto a Terceiros	2	11
	23	33

. outros realizáveis – programa administrativo

Do valor de R\$ 11 demonstrado em 2006, em “Outros Realizáveis” – créditos junto a terceiros, R\$ 9, refere-se a importância a ser ressarcida pelo Patrocinador ITAIPU Binacional à Fundação, relativo ao pagamento feito pela Fundação de dívida de taxas decorrentes de serviços públicos executados no imóvel Gleba 27-B, em Foz do Iguaçu, imóvel que constou da reversão da dação em pagamento, firmada entre a ITAIPU Binacional e a FIBRA.

4.3. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

. renda fixa - títulos para negociação

	2007		2006	
	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado
Debêntures Não Conversíveis	15.539	15.630	4.550	4.836
CDB- Certificado de Depósito Bancário	44.760	45.481	-	-
Notas do Tesouro Nacional -NTN-B e C	127.227	135.854	57.664	60.645
Fundos de Investimentos				
Fundo RB Fidúcia HI Institucional FIDC	2.655	4.464	5.299	5.254
Araras FI Multimercado	5.878	6.650	5.878	5.924
BB Institucional FI RF	15.621	15.850	-	-
FI Referenciado UBS Pactual Yeld DI	21.341	21.398	-	-
FIC FIDC Caixa UBS Pactual	7.903	8.943	-	-
FIQ FIDC UBS Pactual Recebíveis	851	1.649	-	-
GAP Institucional FI Multimercado	10.002	11.171	-	-
Itaú Performance RF FI	20.000	20.051	-	-
Mellon Target FI Multimercado	10.000	10.977	-	-
Schoroder Multi Strat Inst FI Multimercado	13.500	15.837	-	-
Votorantim FI Institucional RF	21.035	21.245	-	-
Authentic FICFI	-	-	81.078	85.054
Diamante FICFI	-	-	73.177	76.783
Cannes FICFI	-	-	77.382	100.103
BNP Paribas Cabernet	30.000	46.641	-	-
UBS Pactual Malbec FI Multimercado	30.000	50.417	-	-
Subtotal – Fundos de Investimentos	188.786	235.293	242.814	273.118
Total de Títulos para Negociação	376.312	432.258	305.028	338.599

. renda fixa - títulos mantidos até o vencimento

	2007		2006	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva dos Ativos	Custo Histórico de Aquisição	Valor atualizado pela Curva dos Ativos
Certificados de Recebíveis Imobiliários	2.381	4.693	2.835	5.213
Debêntures Não Conversíveis	5.955	8.757	6.429	8.895
Letras Financeiras do Tesouro LFT	22.456	33.031	22.456	29.428
Letras Financeiras do Tesouro LFT-B	11.990	27.694	16.190	33.424
Notas do Tesouro Nacional NTN-B e C	485.275	532.160	130.149	136.889
Fundos de Investimentos				
Authentic FAQ Votorantim Asset	-	-		
Management DTVM Ltda.	-	-	121.883	143.137
Diamante FAQ Banco Safra S.A.	-	-	70.317	84.539
FAQFIF BNP Banco BNP Paribas	-	-	138.732	162.791
Sub-total fundos de investimentos	-	-	330.932	390.467
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	528.057	606.335	508.991	604.316
Total Renda Fixa	904.369	1.038.593	814.019	942.915

. os títulos e valores mobiliários de renda fixa possuem os seguintes vencimentos

	Para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Total
Até 60 dias	235.293	6.309	241.602
De 61 a 180 dias	45.481	25.779	71.260
De 181 a 360 dias	15.630	89.009	104.639
Acima de 360 dias	135.854	485.238	621.092
	432.258	606.335	1.038.593

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria e em fundos de investimentos.

Em 2007 foi realizada uma reestruturação no modelo de gestão do segmento de renda fixa e contratação do administrador fiduciário único (Banco Bradesco). Com isso foi extinto a maioria dos fundos exclusivos, através de resgates em ativos, preservando assim, o critério de precificação pela curva de aquisição dos ativos que estavam classificados no grupo de títulos mantidos até o vencimento.

. letras financeiras do tesouro – LFT-Bs

A FIBRA possui em 31 de dezembro de 2007, R\$ 27.694 em Letras Financeiras do Tesouro - LFT-Bs, recebidas do Tesouro Nacional em decorrência dos termos do acordo entre credores e o Estado de Alagoas e do aditamento ao contrato entre a União, FIBRA e o Estado de Alagoas.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidez dos títulos, risco esse considerado mitigado pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela FIBRA e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

Das 96 parcelas previstas, 62 já foram recebidas, sendo 2 em 2002, 12 em 2003, 12 em 2004, 12 em 2005, 12 em 2006 e 12 em 2007. O detalhamento dos valores envolvidos no acordo, bem como os reflexos nas demonstrações financeiras da entidade em 2007, estão demonstrados a seguir:

Valor das LFT-Bs no início do exercício de 2007, já descontadas as parcelas recebidas até em 2006 e o desconto repassado ao Estado de Alagoas por ocasião do acordo firmado	33.424
(+) Rendimentos apropriados no exercício de 2007	3.814
(-) Parcelas recebidas no exercício de 2007	(9.544)
(+) Créditos condicionais a receber, previstos no acordo firmado	6.761
(-) Provisão para perda dos créditos a receber	(6.761)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2007	27.694

. negociação de títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”

Visando garantir uma taxa de juros mais elevada por um prazo maior, em 2007 a FIBRA antecipou a substituição de lotes de títulos federais por vencimentos mais longos, junto a fundos exclusivos e da carteira própria, conforme previsto no art. 1º da Resolução CGPC 15, de 23 de agosto de 2005. As operações de vendas e compras bem como os resultados destas operações estão a seguir demonstrados:

Operação	Quantidade/Título	Carteira/Fundo Exclusivo	Vencimento	Data da Negociação	Valor da Negociação	Valor Atualizado pela Curva do Ativo na Data da Negociação	Resultado da Operação
Venda	10.000 NTN-C	Carteira Própria	01/04/08	23/08/07	19.702	19.552	150
Venda	20.000 NTN-C	Associate FI	01/04/08	28/06/07	38.634	32.143	6.491
Venda	19.000 NTN-C	Associate FI	01/04/08	13/07/07	36.856	36.465	391
Total Vendas					95.192	88.160	7.032
Compra	12.991 - NTN-B	Carteira Própria	15/05/17	23/08/07	19.702	19.702	-
Compra	23.591 - NTN-B	Associate FI	15/11/09	28/06/07	38.635	38.635	-
Compra	22.351 - NTN-B	Associate FI	15/11/09	13/07/07	36.856	36.856	-
Total Compras					95.193	95.193	

. provisões CDBs de emissão do Banco Santos S.A.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votorantim S.A. Com a extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida (R\$ 17.561), com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20.09.2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela ABRAPP e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se, também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra-falenciais, caso se revele conveniente.

. renda variável

	2007		2006	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor de Mercado	Custo Histórico de Aquisição	Valor de Mercado
Fundos Exclusivos				
Alfa Power FIA - Banco Alfa de Investimentos S/A	7.661	37.120	7.661	25.462
BBM FIB Ações FITVM - Banco BBM S/A	6.737	62.801	6.737	43.495
FI FIB Ações Previdenciário	6.481	58.606	6.481	38.221
Schroder FIB FIA	9.076	72.211	9.076	47.970
Subtotal - Fundos Exclusivos	29.955	230.738	29.955	155.148
Fundos Abertos				
Brascan de Petróleo e Gás	1.469	1.423	125	227
IP Participações FIA	1.571	9.400	1.571	6.978
OPP Inst Lógica II - Banco Opportunity S.A.	9.736	58.000	9.736	41.508
Small CAP FIA - Banco Safra S.A.	11.172	26.242	11.172	22.606
FITVM HSBC Valor - HSBC Bank Brasil AS	7.448	15.818	7.448	12.143
Logística Brasil FIP	2.600	2.309	1.000	929
Intrag - CAP Mezanino - Banco Itaú S/A	1.000	901	1.000	998
BBM Valuation 1 FIA	10.000	9.825	-	-
Empreendedor Brasil FMIEE	3.800	3.737	-	-
Mellon Income FIA	5.000	4.943	-	-
Unibanco Institucional Small Cap FIA	10.000	9.523	-	-
Subtotal - Fundos Abertos	63.796	142.121	32.052	85.389
Total - Fundos	93.751	372.859	62.007	240.537
Opções - operação de "hedge" da carteira	-			6.036
Total Renda Variável	93.751			246.573

No ano de 2006, foram realizadas operações de proteção da carteira de Renda Variável ("hedge"), por meio de compra de opções de venda ("put"), visando manter a proteção integral da carteira. Essa estratégia busca manter a rentabilidade assegurada nos níveis, sem limitar os ganhos diante da possibilidade de recuperação do crescimento da economia brasileira e reduzir o risco na hipótese de essa recuperação ser afetada por crises internas ou externas.

Em 31 de dezembro de 2006, a carteira contava com as seguintes proteções contra as variações do IBOVESPA: 18,86% da carteira aos 35.000 pontos, 16,74% aos 36.000 pontos, ambas com vencimento em fevereiro de 2007 e 64,40% aos 42.000 pontos com vencimento em dezembro de 2007. As realizações destas operações foram precedidas de avaliação no âmbito do Comitê de Investimentos da FIBRA.

O custo histórico de aquisição da operação corresponde ao prêmio pago pelo "hedge" em leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo. O valor em 31 de dezembro de 2006 corresponde ao valor de mercado da operação de "hedge", que é explicado por diversas variáveis, sendo a mais relevante à cotação do atual índice IBOVESPA, cuja variação é inversamente proporcional ao movimento da bolsa de valores.

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. Os títulos e valores mobiliários, de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

. investimentos imobiliários

A entidade procedeu, em dezembro de 2005, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes "EBRAPE - Empresa Brasileira de Avaliação de Patrimônio e Engenharia Ltda.". O método avaliatório utilizado foi o "Método comparativo de dados de mercado", fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O ganho apurado entre o confronto dos valores reavaliados e os valores contábeis líquidos, no valor de R\$ 5.244, foi incorporado, em 31 de dezembro de 2005, aos saldos dos investimentos imobiliários, a crédito de receitas do Programa de Investimentos.

Os ativos reavaliados passaram, a partir de janeiro de 2006, a ser depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 35 anos ou 2,86% ao ano

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 dezembro de 2007, está a seguir demonstrado:

	Valor Contábil	Depreciações Acumuladas	Aluguéis A Receber	Saldo Líquido Contábil
Edificações para Uso Próprio	955	(44)	-	911
Edificações Locadas ao Patrocinador	7.379	(335)	97	7.141
Edificações Locadas a Terceiros	13.356	(611)	118	12.863
	21.690	(990)	215	20.915

. auditoria de gestão dos investimentos

Em conexão com a Resolução nº 3.456, de 01 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional, foi decidido manter a realização dos trabalhos de auditoria de gestão dos investimentos por nossos auditores externos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade. O resultado desta auditoria consta em parecer específico, que atende ao disposto na referida Resolução.

. demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos

	2007	2006
Renda Fixa	1.038.593	942.915
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	728.741	260.386
Aplicações em Instituições Financeiras	285.465	668.798
Títulos de Empresas	24.387	13.731
Renda Variável	372.859	246.573
Fundos de Investimentos	372.859	240.537
Mercado de Ações – Opções	-	6.036
Investimentos Imobiliários	20.915	21.356
Edificações	20.915	21.356
Operações com Participantes	39.289	37.657
Empréstimos	39.289	37.657
Total do Programa de Investimentos	1.471.656	1.248.501

5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2007	2006
Programa Previdencial		
Utilizações a pagar – provisões	512	329
Outras exigibilidades – seguro de vida e assistência médica	870	117
	1.382	446

Do valor de R\$ 870, demonstrado em 2007 - “Outras Exigibilidades”, R\$ 713, refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, R\$ 114, refere-se ao seguro de vida em grupo dos assistidos e autopatrocinadores e R\$ 43, relativo aos custos de assistência médica hospitalar e odontológica – PAMHO, descontado na folha de pagamento de benefícios de dezembro de 2007 e que serão pagos em janeiro de 2008.

	2007	2006
Programa de investimentos		
Operações com participantes	50	48
Outras exigibilidades – honorários advocatícios	1.837	1.642
	1.887	1.690

O valor de honorários advocatícios de R\$ 1.837 (R\$ 1.642 em 2006), provisionado no balanço de 2007 em “Outras Exigibilidades”, corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal.

6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Os valores históricos das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos ao exigível contingencial do Programa de Investimentos estão a seguir demonstrados:

Valores Históricos		
	2007	2006
Provisões acumuladas		
IRRF	53.361	53.361
Subtotal das provisões acumuladas		
	53.361	53.361
Depósitos judiciais realizados	(53.361)	(53.361)
Saldo do exigível contingencial do Programa de Investimentos	0	0

. *imposto de renda – IRRF*
Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.
- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.
- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a conseqüente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor do principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar, em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foi lançado também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a FIBRA.

Diante da decisão, a FIBRA apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais, o juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília, determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a FIBRA o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia. No Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto.

A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo judicial, a fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores

jurídicos, a FIBRA, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar-ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a FIBRA contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião será fundamental no julgamento do processo.

Em setembro de 2006, a FIBRA obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais deverá passar a ser corrigida, pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a FIBRA já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futuro dos depósitos judiciais.

A consultoria tributária Junqueira de Carvalho, Murgel & Brito Advogados e Consultores emitiu parecer em 2008, ratificando que inexistia razão qualquer a motivar a realização de provisionamento dos valores correspondentes à diferença entre o montante depositado e o montante apurado como débito no Auto de Infração, nem a realização e depósitos judiciais adicionais.

. contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS

Em função da MP nº 2.222, e baseado em pareceres jurídicos, a FIBRA interpôs ações judiciais, obtendo liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS referentes à anistia, ou seja, de 1º de fevereiro de 1999 a agosto de 2001, assim como para os fatos geradores a

partir do mês de setembro de 2001. Antes da edição da MP nº 2.222, a Fundação não efetuava qualquer recolhimento a título de COFINS.

Em 23 de agosto de 2004, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, Auto de Infração onde foi apurado a COFINS, no período de 02/1999 a 07/2002, com a aplicabilidade dos juros de mora.

A FIBRA apresentou impugnação à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba, pois, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados, pelas ações interpostas pela Fundação e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

Em 13 de janeiro de 2005, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência da COFINS, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração emitido contra a FIBRA.

Com a decisão, a FIBRA, em 02 de fevereiro de 2005, apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, pois os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados. Na apresentação do recurso voluntário, houve a necessidade de fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02.

Em 29 de abril de 2005, a Fundação protocolou na Delegacia da Receita Federal de Curitiba, Declaração, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 126/2002, desistindo das ações judiciais que visavam afastar a incidência da COFINS. A desistência deveu-se ao fato do juízo de 1ª Instância ter julgado improcedente os pedidos das ações ajuizadas pela FIBRA.

Atualmente a FIBRA vem recolhendo a COFINS diretamente à Receita Federal e aguarda o julgamento do recurso voluntário junto ao Conselho de Contribuintes.

. programa de integração social - PIS

A FIBRA vinha recolhendo o PIS utilizando como base de cálculo a folha de pagamento dos seus empregados com a alíquota de 1%.

Com a edição da MP nº 2.222/2001 e baseado em pareceres jurídicos, a FIBRA interpôs ações judiciais, obtendo liminar que permitiu depósito judicial dos valores do PIS referentes à anistia, ou seja, de 1º de janeiro de 1997 a agosto de 2001 e fatos geradores a partir do mês de setembro de 2001.

Em 12 de julho de 2005, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, Auto de Infração onde foi apurado o PIS no período de 01/1997 a 07/2002, com a aplicabilidade dos juros de mora.

A FIBRA apresentou impugnação à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba, pois, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados, pelas ações interpostas pela Fundação e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

Em 16 de setembro de 2005, a Fundação protocolou na Delegacia da Receita Federal de Curitiba, Declaração, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 126/2002, desistindo das ações judiciais que visavam afastar a incidência do PIS. A desistência deveu-se ao fato do juízo de 1ª Instância ter julgado improcedente os pedidos das ações ajuizadas pela FIBRA.

Em 29 de maio de 2006 a Caixa Econômica Federal enviou ofício ao juízo da oitava Vara Federal informando a conversão à União Federal dos depósitos judiciais, o que corresponde ao tempestivo pagamento do crédito tributário discutido, para fins de gozo da anistia em questão, conforme consignado em decisão judicial. Com isso, não há mais qualquer contingência relacionada ao PIS.

Atualmente a FIBRA vem recolhendo as contribuições para o PIS diretamente à Receita Federal.

7. EXIGÍVEL ATUARIAL

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2007, e respectiva movimentação no exercício findo nesta data é a seguinte:

	2007	2006
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	728.388	576.584
Benefícios do plano	728.388	576.584
Benefícios a Conceder	536.944	557.202
Benefícios do plano com a geração atual	749.464	761.174
(-) Outras contribuições da geração atual	(212.520)	(203.972)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(41.041)	(43.142)
Serviços passados	(41.041)	(43.142)
Reservas a amortizar	(41.041)	(43.142)
	1.224.291	1.090.644

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

No início do exercício	1.090.644
Constituição no exercício de 2007	133.647
Saldo no Final do Exercício de 2007	1.224.291

8. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representam os resultados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados.

9. FUNDOS – PROGRAMA ADMINISTRATIVO

A constituição nos exercícios findos em 31 de dezembro, foi efetuada da seguinte forma:

	2007	2006
Fundo Administrativo Permanente	371	415
Saldo inicial	415	426
Reversão/Constituição	(44)	(11)
Fundo Administrativo Financeiro	12.956	10.784
Saldo anterior	10.784	8.720
Custeio administrativo do exercício	7.465	7.348
Outras receitas administrativas	-	5
Despesas administrativas do exercício	(7.442)	(6.987)
Remuneração do fundo	2.080	1.667
Reversão/Constituição do fundo administrativo do financeiro para o permanente	44	11
Reversões/Constituições de contingências	25	20
Saldo dos Fundos do Programa Administrativo	13.327	11.199

10. OUTRAS CONTRATAÇÕES COM O PATROCINADOR - ITAIPU- RESCISÃO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

O "Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento" foi assinado, entre a FIBRA e o patrocinador ITAIPU Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC no 17, de 11 de julho de 1996. Cópia do contrato foi remetido para a Secretaria de Previdência Complementar-SPC em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC- Superintendência Nacional de Previdência Complementar, órgão governamental que substituiu a SPC, durante alguns meses de 2005, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº 744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a FIBRA e o patrocinador ITAIPU, foi aprovada.

As parcelas do montante contratado estão sendo pagas por ITAIPU em 230 parcelas, sendo que em 2007, foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo posteriormente ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente.

Os efeitos desta operação no patrimônio da FIBRA em 31 de dezembro de 2007 estão demonstrados no quadro a seguir:

Outras contratações com o Patrocinador – Rescisão da Ação em Pagamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	83.296
(-) 12 parcelas pagas em 2007	(8.178)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2007	8.822
= saldo em 31/12/07	83.940

11. DÉBITO DO PATROCINADOR NO CASO DE RETIRADA HIPOTÉTICA

De acordo com a nota técnica atuarial do atuário independente, a reserva matemática em 31 de dezembro de 2007, considerando a retirada hipotética do Patrocinador, calculada conforme a interpretação da Resolução CPC nº 06/88, alcançou o valor de R\$ 1.260.348 (R\$ 1.106.399 em 2006), feita dentro do princípio de "Benefícios com direitos já acumulados", avaliada retirando-se a projeção de crescimento real de salário e considerando-se o "turnover" nulo.

Silvio Renato Rangel Silveira
Diretor Superintendente
CPF 514.772.629-20

Denyse Gubert Rocha
Diretora Administrativa e Financeira
CPF 510.083.789-68

Florício Medeiros da Costa
Diretor de Seguridade
CPF 425.879.210-15

Evenilson de Jesus Balzer
Contador - CRC 22608/PR
CPF 470.099.429-00

PARECER *atuarial 2007*

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na FIBRA, se avaliada com a mesma metodologia (incluindo regimes/métodos de financiamento atuarial) e com as mesmas hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial do ano de 2006, apresentaria um Superávit Técnico Acumulado, em 31/12/2007, de R\$ 317.708 mil, equivalente a 20,60% do Ativo Líquido do Plano de R\$ 1.541.999 mil.

Entretanto, de forma conservadora a FIBRA constituiu em dez/2006, um Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial, relativo a questões que possam eventualmente, interferir na capacidade de obtenção de taxas reais de juros necessárias ao equilíbrio atuarial do Plano, cujo saldo, atualizado em 31/12/2007, era de R\$ 29.558 mil. Neste caso, o superávit corresponderia a R\$ 307.832 mil, equivalente a 20,35% do Ativo Líquido de R\$ 1.512.441 mil.

Considerando os ajustes feitos na forma de avaliar o benefício de pensão por morte, nas hipóteses atuariais de crescimento real de salário e de rotatividade, e o acréscimo de R\$ 14.729 mil realizado em 31/12/2007 no Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial, registrou-se, ao final do ano de 2007, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 273.421 mil, equivalente a 18,26% do Ativo Líquido do Plano de R\$ 1.497.712 mil.

2) Deve-se destacar que, tais ajustes, que impactaram no nível do Superávit Técnico Acumulado de 31/12/2007, reduzindo-o de R\$ 307.832 mil para R\$ 273.421 mil, ou seja, reduzindo-o em R\$ 34.411 mil, apresentam a seguinte decomposição:

- R\$ 14.729 mil referentes ao aumento no valor do Fundo Previdenciário (Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial), de R\$ 29.558 mil para R\$ 44.287 mil, de forma a se dar cobertura a questões que possam, eventualmente, interferir na capacidade de obtenção de taxas reais de juros necessárias ao equilíbrio atuarial do Plano;
- R\$ (3.629) mil referentes à alterações nas hipóteses atuariais de crescimento real de salário e de rotatividade, decorrentes da aplicação da metodologia constante do item 2 do parecer atuarial do DRAA/2006, sobre a massa atualizada, estendendo-se o posicionamento dos dados até ago/2007;
- R\$ 23.311 mil referentes à realização de ajuste, na metodologia

de avaliação do benefício de pensão por morte de participantes não assistidos e de participantes assistidos (ainda não falecidos), considerando a realidade da diferença média de 6 anos de idade entre os atuais participantes assistidos e respectivo beneficiário vitalício (cônjuge ou equivalente);

- R\$ 34.411 mil = R\$ 14.729 mil + R\$ (3.629) mil + R\$ 23.311 mil representa o impacto do conjunto de ajustes realizados na avaliação atuarial de 2007.

3) Em relação à composição familiar, conforme destacado e dimensionado no item 2, utilizou-se a premissa de Família Média com agravamento de 22,6%, para os benefícios de pensão por morte dos participantes ativos e assistidos (ainda não falecidos), considerando a realidade da diferença média de 6 anos de idade entre os atuais participantes assistidos e respectivos beneficiários vitalícios (cônjuge ou equivalente), visando evitar a descontinuidade no cálculo do passivo em relação aos dois grupos, no momento da aposentadoria, mantendo assim, o equilíbrio entre as Reservas de Benefícios a Conceder (risco iminente) e as Reservas de Benefícios Concedidos. Em relação aos benefícios já concedidos de pensão por morte, foi mantida a adoção da família efetiva. A premissa de Família Média permanece sob monitoramento para fins de aprimoramento no futuro.

4) Em relação às hipóteses de projeção de crescimento real de salário e de rotatividade (aqui entendida como saída do Plano sem direito a receber benefício), conforme também já destacado e mencionado no item 2, houve atualização das escalas, utilizando-se como base os dados dos participantes da FIBRA, posicionados nos meses de dezembro, relativos aos anos de 1994 a 2006, sendo que no ano de 2007, a base de dados foi posicionada em agosto de 2007. Para atualizar a escala de rotatividade foram utilizadas as informações referentes aos participantes que se desligaram da FIBRA e efetuaram resgate neste intervalo de tempo. Na aplicação da metodologia utilizada para refletir com aderência tais hipóteses obteve-se resultados, diferentes do ano 2006, ou seja: crescimento real médio de salário: 1,85% ao ano em 2007 versus 1,94% ao ano em 2006 e rotatividade média anual: 0,14% em 2007 versus 0,25% em 2006. Isto deve-se à modificação da massa causada pelo ingresso no Plano de participantes com idades inferiores e dos desligamentos decorrentes do PDI (Plano de Desligamento Incentivado).

5) Permaneceram sem qualquer alteração as demais hipóteses atuariais:

- i) Taxa real de juros/desconto: Mantida em 2007 no mesmo nível de 6% ao ano, adotado em 2006;
- ii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Mantido em 2007 no mesmo nível de 100%, adotado em 2006, já que, da mesma forma de 2006, se está trabalhando com a média atualizada do Salário Real de Benefício (SRB) definido no Regulamento do Plano;
- iii) Fator de determinação do valor real do benefício de prestação continuada ao longo do tempo: Mantido em 2007 no mesmo nível de 98%, adotado em 2006, já que se manteve uma projeção de inflação anual média entre 3,5% e 4,0% ao ano ao longo dos anos futuros; e
- iv) Tábuas Biométricas: Mantidas em 2007 as mesmas Tábuas Biométricas utilizadas em 2006 (Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 / Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 / Entrada em Invalidez: ix da LIGHT MÉDIA / Mortalidade de Ativos: q_x^{aa} obtido pelo Método de Hamza, a partir dos referidos valores de $q_x / q_x^i / i_x$).

6) Devemos destacar que este Plano de Benefício Definido da FIBRA possui em carteira própria papéis que levará até o vencimento com taxas atreladas à inflação, com “spread” superior à meta atuarial de 6% ao ano, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC nº 04/2002, está sendo feito pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos conforme taxa pactuada. A diferença entre o valor contabilizado e o valor de mercado destes títulos acrescentaria R\$ 17.871 mil ao superávit existente. A capacidade financeira relativa à adoção de procedimento de registro de títulos classificados como “títulos até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

7) A rentabilidade nominal líquida efetivamente obtida ao longo de 2007 pela FIBRA, nas aplicações financeiras deste Plano, utilizando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de 17,85%, o que representou:

- i) Em relação ao INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem (ou seja, em relação ao indexador atuarial projetado, ao final de 2006, para o ano de 2007) no período de janeiro a dezembro de 2007: Ganho real de 12,46%; e
- ii) Em relação ao INPC aplicado com um mês de defasagem incorporado do reajuste salarial adicional de 1% dado no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de Novembro de 2007, na Tabela Salarial do Patrocinador, no período de janeiro a novembro de 2007 e em relação ao novo índice de reposição salarial, acordado para os reajustes salariais futuros do Patrocinador (IPCA do IBGE aplicado com um mês de defasagem), no mês de dezembro de 2007: Ganho real de 9,56%.

Portanto, em todas essas situações, o ganho real registrado, ao longo do ano de 2007, superou a meta atuarial de rentabilidade líquida, que prevê ganho real de 6% ao ano.

8) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e do Ativo Líquido deste Plano do final do ano de 2006 para o final do ano 2007, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Valores em R\$ 1.000			
Referência	31/12/2006	31/12/2007	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	576.584	728.388	26,33%
Provisão de Benefícios a Conceder	557.202	536.944	(3,64)%
Provisão Matemática a Constituir	(43.142)	(41.041) *1	(4,87)%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.090.644	1.224.291	12,25%
Resultado do Ano	70.559	61.533	(12,79)%
Resultado Técnico Acumulado	211.888	273.421*2	29,04%
Ativo Líquido do Ano	1.302.532	1.497.712	14,98%

***1:** A ser amortizada pelo pagamento pela ITAIPU BINACIONAL da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial a vigorar durante 480 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 243 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2008, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

***2:** Desse Resultado Técnico Acumulado e do Ativo Líquido do Plano estão deduzidos do valor do Fundo Previdencial (Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial) de R\$ 44.287 mil, relativo a questões que possam, eventualmente, interferir na capacidade de obtenção da taxa real de retorno de 6% ao ano, necessária ao equilíbrio atuarial do Plano.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2007, a idade média dos participantes ativos é de 42,70 anos, desconsiderando-se, a exemplo do registrado no DRAA de 2006, os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2007 é de 44,45 anos.

9) Na evolução das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) desde o encerramento do exercício de 2006 até o encerramento do exercício de 2007, os impactos que merecem destaque estão a seguir:

- i) Redução de 3,64% na Provisão de Benefícios a Conceder, decorrente, entre os aspectos, de:
 - . Ocorrência de 129 desligamentos com entrada em benefício, entre 01/12/2006 e 30/11/2007;
 - . Reajuste realizado em novembro de 2007 na Tabela Salarial do Patrocinador de 5,8278%;
 - . Novas inscrições de participantes com repercussões na redução da idade média e a remuneração média dos participantes ativos; e
 - . Embora mantidas as metodologias de apuração adotadas no ano de 2007, a taxa real de crescimento salarial caiu de 1,94% ao ano em 2006 para 1,85% ao ano em 2007 e a taxa de rotatividade (saída sem direito a benefícios) caiu de 0,25% ao ano em 2006 para 0,14% ao ano em 2007.
- ii) Acréscimo de 26,33% na Provisão de Benefícios Concedidos, decorrente, entre outros aspectos, de:
 - . Acréscimo do número de assistidos de 915 em novembro de 2006 para 1.037 em novembro de 2007; sendo 905 aposentadorias e 132 pensões;
 - . Ajuste na forma de avaliar o benefício de pensão por morte de participantes não assistidos e assistidos (ainda não falecidos), considerando a realidade da diferença média de idade entre os atuais participantes assistidos e respectivo beneficiário vitalício (cônjuge ou equivalente); e
 - . Reajuste salarial concedido em novembro de 2007 na Tabela Salarial do Patrocinador de 5,8278%, extensivo aos assistidos do Plano.
- iii) Redução de 4,87% na Provisão Matemática a Constituir decorrente, entre outros aspectos, de:
 - . Redução da folha de salários do patrocinador;
 - . Redução do crescimento real médio de 1,94% ao ano para 1,85% ao ano; e
 - . Redução do prazo remanescente de vigência da contribuição suplementar patronal de 2,32% de 255 meses para $243 = 255 - 12$ meses.

10) O Custo Normal Puro (que exclui sobrecarga administrativa), sem qualquer ajuste, reavaliado no encerramento do exercício de 2007,

foi de 22,22% da folha de Salário Real de Contribuição, ou seja, em termos percentuais, ficou 1,92% abaixo da Contribuição Normal Pura em vigor, o que representa a existência de um desvio de 8,94%, abaixo de 10% (dez por cento) entre o referido Custo Normal Puro reavaliado e a referida Contribuição Normal Pura vigente. A utilização desse desvio para realizar, ao longo do tempo, ajustes no âmbito do Plano de Custeio deve ser precedida das necessárias análises de tendências, a médio e a longo prazos, das hipóteses atuariais adotadas.

11) O total das Provisões Matemáticas, em 31/12/2007, considerando um hipotético saldamento deste Plano de Benefício Definido, com a concessão de um benefício proporcional ao tempo averbado de filiação ao Plano para os participantes não assistidos e com a continuidade do pagamento dos benefícios já concedidos (incluindo a garantia do pagamento dos benefícios diferidos), foi avaliado considerando nulos tanto o crescimento real de salário quanto a rotatividade, tendo sido obtido como resultado o valor de R\$ 1.260.348 mil, que encontra plena cobertura no Ativo Líquido do Plano, então existente, de R\$ 1.497.712 mil, sendo relevante ressaltar quanto a essa situação, que a descontinuidade de um Plano de Benefícios Previdenciários de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar apresenta questões que ultrapassam os aspectos quantitativos considerados na avaliação atuarial aqui realizada, devendo serem tais questões, previamente analisadas com profundidade, caso, por qualquer motivo, um cenário de descontinuidade venha a se apresentar.

12) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os regimes atuariais de financiamento referidos no item 1 deste Parecer Atuarial (e registrados no Anexo A e na folha 1/3 deste DRAA) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIBRA, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2007, refletida neste DRAA.

13) A destinação do Superávit Técnico Acumulado, que está totalmente registrado como Reserva de Contingência, é a de dar cobertura à ocorrência de eventuais desvios desfavoráveis em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial, às relativas à mortalidade (sobrevivência) e à taxa de retorno dos investimentos.

14) Deve-se destacar a participação do Grupo de Trabalho constituído no âmbito da FIBRA com participação da ITAIPU e de representantes dos empregados, desde o exercício de 2005, na busca do objetivo de se estar permanentemente realizando verificação das aderências das hipóteses atuariais e da razoabilidade dos regimes / métodos de financiamento atuariais, tendo em vista possíveis ocorrências de mudanças na Política de Recursos Humanos do Patrocinador ITAIPU BINACIONAL e seus reflexos sobre as hipóteses e regimes / métodos de financiamento adotados e, conseqüentemente, sobre a situação atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na FIBRA.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2008.

José Roberto Montello . Atuário - MIBA nº 426

PARECER DO *conselho fiscal*

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social- FIBRA, usando das atribuições que lhes conferem os Estatutos da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2007, e respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício e do Fluxo Financeiro, encerrados em 31 de dezembro de 2007, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2007, e, embasados nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e dos Auditores Independentes BDO Trevisan Auditores Independentes, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, merecendo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2008.

Eliezer Fryszman . Presidente
Arthur de Souza Pinto Filho . Conselheiro
Maria Leonor de Souza . Conselheira
Luiz Fernando Teigão . Conselheiro

PARECER DO *conselho deliberativo*

O Conselho Deliberativo da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social – FIBRA, no uso de suas atribuições estatutárias, examinou o Relatório de Gestão e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo Financeiro, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, devidamente acompanhados do Parecer da auditoria externa BDO Trevisan Auditores Independentes, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial, Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, dos Estatutos da FIBRA, relativo ao exercício de 2007.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2008.

Antonio José Correia Ribas . Presidente

José Ricardo da Silveira . Conselheiro

Ariel da Silveira . Conselheiro

Sérgio Possolo Gomes . Conselheiro

Luís Antonio Schwanz de Lima . Conselheiro

Reinaldo Rodrigues . Conselheiro

PARECER DOS

auditores independentes

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras
Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 30 de janeiro de 2008.

Marcello Palamartchuk
Sócio - contador
CRC 1PR049038/O-5
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

Gilberto de Souza Schlichta
Diretor
CRC 1PR035508/O-5
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

POLÍTICA DE

investimentos 2008

(Resumo - em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 dez. 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

Conforme parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001 e Artigo 56 do Anexo da Resolução CMN 3.456 de 01/06/2007.

Objetivos da Gestão: A gestão dos recursos da FIBRA é realizada internamente e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimentos, levando-se sempre em consideração o limite de risco da FIBRA e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial/Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2008 a 12/2008	INPC	6,00%

Alocação de Recursos				
Segmento	Investimento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	50,00%	75,00%	66,00%
Renda Variável	Empresas com IGC/Bovespa	22,00%	36,00%	29,00%
Imóveis	Invest.visando Aluguéis e Renda	1,00%	5,00%	1,80%
Empréstimos	Empréstimo	2,00%	7,00%	3,20%

* Alocação/Derivativos – Proteção+Exposição não pode ultrapassar o Patrimônio Líquido, Conf.Res. nº3.456.

Cenários Macroeconômicos		
As projeções utilizadas para 2008, no estudo de ALM, foram:		
Selic: 10,40% aa	IGP-M: 4,20% aa	Ibovespa: 21,71% aa
Taxa Pré: 11,20% aa	INPC/IPCA: 4,20% aa	

Derivativos			
Limite Máximo para Proteção:	100%	Limite Máximo para Exposição:	100%

ÍNDICE DE REFERÊNCIA (BENCHMARK)

- Segmento de Renda Fixa: Índice de Mercado Andima (IMA), que pondera os indexadores dos títulos públicos disponíveis no mercado. Para o índice adotado pela FIBRA foi considerada uma alocação específica da carteira de Renda Fixa, nos diversos grupos de indexadores indicada no estudo de ALM;
- Segmento de Renda Variável: Será utilizado o benchmark híbrido: 40% IBOVESPA + 60% IBRX-50;
- Segmento de Imóveis: 0,9% no mês do valor contábil da carteira de Imóveis disponíveis para locação;
- Segmento de Empréstimos a Participantes: INPC acrescido de juros de 6% a.a.;
- Carteira Consolidada de Investimentos: INPC acrescido de juros de 6% a.a..

SOBRE A ALOCAÇÃO DO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Com base nos estudos realizados da carteira de investimentos e do passivo atuarial, a Política de Investimentos definiu as seguintes alocações para o segmento de renda variável: a) Carteira de Ações: 25%, com um limite de 5% para mais ou para menos, de forma a ser realizado um balanceamento na carteira, caso os limites superiores ou inferiores sejam atingidos. b) Carteira de Participações: 2% a 4% dos recursos totais, com ponto ótimo em 3%; c) Carteira de Renda Variável – outros: 0% a 3% dos recursos totais, com ponto ótimo em 1,5%.

LIMITE MÁXIMO DE DIVERSIFICAÇÃO

Ativos de Renda Fixa			
	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
FIDC	10,00%	0,00%	0,00%

Companhias Abertas		
Por Capital Votante: 20,00%	Dos Recursos Garantidores: 10,00%	Por Capital Total: 20,00%

* Limites / Imóveis – Por Imóvel = 4% do Patrimônio da Fundação e PL do Fundo = 2,5% do PL de Fundos Imobiliários. Proteção + Exposição não pode ultrapassar o PL, Conf. Res 3.456.

RISCO DE MERCADO

- Segmento de Renda Fixa (VaR): 1,5% do valor alocado neste segmento;
- Segmento de Renda Variável: Controle do risco ativo das carteiras/fundos, que estará limitado a uma perda de no máximo 8,0% ao ano em relação ao seu benchmark.

- O risco de crédito bancário: Os Títulos Privados de emissão de instituições financeiras terão seus limites (valores e prazos) definidos para cada instituição segundo os critérios de consultoria externa contratada para este fim (atualmente o critério adotado é o do Risk-Bank que é emitido pela consultoria da Lopes Filho & Associados Consultoria de Investimentos). Cumulativamente a avaliação do RiskBank, os bancos classificados deverão apresentar avaliação de pelo menos uma agência de ratings (S&P, Moodys, Fitch e SR Ratings) obtendo desta a classificação mínima correspondente ao "BBB. bra" estável.

- O limite máximo por instituição financeira estará restrito a 1,5% da carteira de investimentos da FIBRA, desde que não ultrapasse o limite definido pelo critério do RiskBank.

A FIBRA poderá aplicar no máximo 15% de sua carteira de investimentos em títulos de valores mobiliários de emissão de bancos (CDB/RDB, CCB, Comercial Papers e Debêntures), quando o título não tiver rating próprio.

- Crédito Corporativo: Será solicitado um rating mínimo de "BBB" estável, para operações com prazo igual ou inferior a três anos; um rating mínimo de "A" estável, para operações superiores a três anos e inferiores a dez anos; e um rating mínimo de "AA" estável, para operações iguais ou superiores a dez anos.

Não se enquadram neste critério os títulos e valores mobiliários que compõem os fundos mútuos que a FIBRA adquira cotas.

A FIBRA poderá manter até 3% de sua carteira de investimentos em títulos que não possuam rating, e que, portanto, estarão classificados como alto risco de crédito, e que atendam, as condições previstas na PI.

Além destes riscos, a FIBRA monitora os riscos de Liquidez, Legais e Operacionais.

GESTÃO DOS RECURSOS

A FIBRA faz gestão própria de parte dos ativos e possui 20 gestores para a parcela da carteira terceirizada. Estes gestores são avaliados, anualmente, tendo como parâmetros os objetivos de cada segmento.

Os principais critérios para a contratação dos gestores são:

Qualitativos:

Estrutura de Suporte e de Controle, Práticas de Marcação a Mercado, Capacidade Técnica, Histórico da Empresa e dos Controladores.

Quantitativos:

Total de Recursos Administrados, Custos, Riscos Incorridos e Rentabilidade Histórica auferida.

Estratégia de formação de preços:

Os ativos serão valorizados a níveis vigentes no mercado, exceto aqueles de maior prazo a serem levados a vencimento, os quais serão valorizados pela taxa de aquisição.

Hedge:

A FIBRA poderá efetuar operações de hedge visando à proteção dos ativos componentes de suas carteiras de investimentos, sempre que os estudos técnicos assim recomendarem.

A participação em Assembléias de Acionistas fica delegada às instituições contratadas para a gestão dos fundos.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES sobre o demonstrativo de investimentos

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº. 13 de 01/10/2004, Art. 7º Anexo da Resolução CMN 3.456 de 01/06/2007, Art. 3º da Resolução CGPC nº. 23 de 06/12/2006 e Instrução Normativa SPC nº. 14 de 18/01/2007 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, EM ATENDIMENTO AO ART. 3º DA RES.CMN Nº 3.456

O conselho fiscal em sua reunião ordinária de 19 de fevereiro de 2008 emitiu parecer favorável sobre a aderência da gestão dos recursos

em 2007, em relação à Política de Investimentos e legislação pertinente, conforme estabelecido no Art. 62º do Anexo da Resolução CMN nº.3.456, de 01/06/2007 e ao art. 19º da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01/10/2004. Os itens analisados constam do presente demonstrativo.

1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS (Inciso I do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Composição dos Investimentos	Posição em 2006		Posição em 2007		Limites Política Faixas de Alocação		Limites 3.456
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Mín	% Máx	% Máx
Total das Aplicações	1.246.885.300	100,00	1.469.884.971	100,00	-	-	-
Renda Fixa	941.272.892	75,49	1.036.756.612	70,54	50,00	75,00	100,00
Renda Variável	246.573.023	19,78	372.858.553	25,37	22,00	37,00	50,00
Imóveis	21.356.082	1,71	20.914.872	1,42	1,00	5,00	11,00
Empréstimos	37.656.908	3,02	39.289.498	2,67	2,00	7,00	15,00
Disponível em caixa	26.395	0,00	65.436	0,00	-	-	-

2. TAXA MÍNIMA ATUARIAL E RENTABILIDADES (Inciso IV, V e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Segmento	Benchmark	2006		2007	
		% Rent	% Bench-mark	% Rent	% Bench-mark
Renda Fixa	IMA Balanceado	14,98	18,83	12,96 ⁽¹⁾	12,67
Renda Variável	40% IBOV+60% IBRX-50	31,99	33,30	36,92 ⁽²⁾	48,36
Imóveis	0,9% a.m.	11,59	11,35	10,64 ⁽³⁾	11,35
Operações com Participantes	INPC+6% a.a.	11,75	8,98	13,81	11,47
Rentabilidade Total	INPC+6% a.a.	17,91	8,98	17,76 ⁽⁴⁾	11,47

- (1) Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é 12,66%.
(2) Rentabilidade da carteira de ações, sem considerar os fundos de participação (FIP) e operações de hedge é 41,17%.
(3) Rentabilidade da carteira de imóveis locados é 14,76%.
(4) Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é 17,44%.

3. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA ⁽⁵⁾ (EM RELAÇÃO AO INPC+6%)

(IN SPC 14 DE 18/01/2007)

Segmentos	2007												%
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulado
Segmento Renda Fixa	0,26	0,05	0,32	0,55	0,39	0,16	-0,05	-0,25	0,50	0,01	-0,18	-0,41	1,49
Segmento Renda Variável	0,20	-1,94	2,12	5,14	5,33	2,98	1,19	-2,72	7,76	5,93	-3,87	-0,49	25,46
Segmento de Imóveis	-0,42	-0,11	-0,11	0,08	0,27	0,17	0,10	-0,18	0,11	0,04	-0,09	-0,63	-0,83
Segmento Empréstimos	0,11	0,44	0,27	0,37	0,40	0,16	0,16	-0,07	0,28	0,46	-0,01	-0,46	2,35
Carteira de Investimentos	0,23	-0,34	0,66	1,44	1,40	0,75	0,23	-0,78	2,10	1,46	-1,11	-0,45	6,29
TMA (Mensal)	0,98	0,91	0,93	0,75	0,75	0,80	0,81	1,08	0,74	0,79	0,92	1,46	11,47

Divergência Não Planejada - Atendimento a Instrução Normativa da SPC nº 14, de 18/01/2007. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (INPC + 6% ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

(5) As justificativas técnicas para a carteira de imóveis sobre as variações negativas de 3 meses consecutivos, e na carteira de renda fixa para 4 meses, entre os últimos 6 meses, constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

4. DETALHAMENTO DE INVESTIMENTOS EM 31/12/2007

(Inciso II do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS		1.469.835.051,97 ⁽⁶⁾	100,00
DISPONÍVEL/IMEDIATO	Própria	65.435,83	0,00
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		1.036.756.611,77	70,56
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	Própria	803.301.237,89	54,72
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		728.741.098,70	49,59
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		728.741.098,70	49,59
NTN - Notas do Tesouro Nacional		668.015.673,66	45,45
LFT - B - Letras Financeiras do Tesouro - Série B		27.694.443,77	1,89
LFT - Letras Financeiras do Tesouro		33.030.981,27	2,25
2 - TÍTULOS PRIVADOS		74.560.139,19	5,13
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		74.560.139,19	5,13
1 - Certificados de Recebíveis		4.692.823,80	0,32
Rio Bravo Securitizadora		4.692.823,80	0,32
2 - Debêntures não Conversíveis em Ações		10.834.741,22	0,75
Petróleo Brasileiro S/A		8.024.524,68	0,55
MRS Logística		2.077.636,65	0,15
Nova Marlim (Petrobras)		732.579,89	0,05
3 - Certificado de Depósito Bancário - Pré-Fixado		27.207.771,81	1,87
Banco Daycoval S.A.		7.014.396,21	0,48
BIC - Banco Industrial e Comercial S.A.		8.186.910,81	0,56
Banco Pine S.A.		5.376.643,37	0,37
Banco Industrial do Brasil S.A.		6.629.821,42	0,46
4 - Certificado de Depósito Bancário - Pós-Fixado		18.272.806,04	1,26
Paraná Banco S.A.		5.521.972,73	0,38
BIC - Banco Industrial e Comercial S.A.		5.521.972,73	0,38
Banco Sofisa S.A.		5.521.972,73	0,38
Banco Industrial do Brasil S.A.		1.706.887,85	0,12
5 - Operações Compromissadas		13.551.996,32	0,93
Debênture BV Leasing		13.551.996,32	0,93
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		232.292.221,75	15,96
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		220.236.325,89	15,04
Araras FIM - GP Investimentos	Terceirizada	6.649.854,89	0,46
BB Institucional	Terceirizada	15.850.078,32	1,08
FI BNP Paribas Cabernet	Terceirizada	46.640.642,65	3,18
FI M Pactual Malbec	Terceirizada	50.416.717,38	3,44
FI Votorantim Institucional	Terceirizada	21.245.102,48	1,45
GAP Institucional FIM	Terceirizada	11.170.936,22	0,77
Itaú Performance RF	Terceirizada	20.050.778,14	1,37
Mellon Target FIM	Terceirizada	10.976.533,99	0,75
Schroder Multi Strat	Terceirizada	15.837.258,73	1,08
UBS Pactual Yield DI Referenciado	Terceirizada	21.398.423,09	1,46
2 - QUOTAS DE FIDC		15.055.895,86	1,04
FICFI DC Recebíveis Pactual	Terceirizada	1.648.916,69	0,12
FIDC Caixa Pactual	Terceirizada	8.943.442,86	0,61
RB Fidúcia High Income Institucional FIDC	Terceirizada	4.463.536,31	0,31
A3 - EXIGÍVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		(1.836.847,87)	-0,12
Honorários Advocáticos		(1.836.847,87)	-0,12

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		372.858.552,90	25,43
B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS		133.750.220,70	9,12
BBM Valuation	Terceirizada	9.824.633,14	0,67
FITVM HSBC Valor	Terceirizada	15.817.839,16	1,08
IP Participações Institucional FIA	Terceirizada	9.399.994,27	0,64
Mellon Income FIA	Terceirizada	4.942.556,98	0,34
Opportunity Institucional Lógica II	Terceirizada	57.999.686,01	3,95
Safrá Small Cap FIA	Terceirizada	26.242.031,99	1,79
Unibanco Institucional Small Cap	Terceirizada	9.523.479,15	0,65
B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES EXCLUSIVOS		230.738.099,00	15,72
BBM FIB Ações FITVM	Terceirizada	62.800.947,80	4,28
ABN Amro FIA Merlot	Terceirizada	37.119.924,91	2,53
FI FIB Ações Previdenciário - Itaú	Terceirizada	58.606.075,31	3,99
Schroder FIB FIA	Terceirizada	72.211.150,98	4,92
B3 - QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES		8.370.233,20	0,59
Capital Mezanino FIP	Terceirizada	900.750,60	0,07
Empreendedor Brasil	Terceirizada	3.736.808,64	0,26
Fundo Brascan Petróleo e Gás	Terceirizada	1.423.469,69	0,10
Logística Brasil FIP	Terceirizada	2.309.204,27	0,16
C - SEGMENTO DE IMÓVEIS		20.914.872,28	1,35
C1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO	Própria	911.331,80	0,06
Edifício Governador Parigot de Souza		911.331,80	0,06
Rua Comendador Araújo - 551 - Centro Curitiba - PR - Térreo, 5º e 9º andar			
C2 - EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA	Própria	7.140.603,06	0,48
Edifício Governador Parigot de Souza		7.140.603,06	0,48
Rua Comendador Araújo - 551 - Centro Curitiba - PR			
C3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA	Própria	12.862.937,42	0,81
7º andar do Ed. Centro Comercial Itália		1.098.044,00	0,07
8º andar do Ed. Centro Comercial Itália		1.252.577,22	0,08
9º andar do Ed. Centro Comercial Itália		1.269.090,69	0,08
10º andar do Ed. Centro Comercial Itália		1.281.209,43	0,08
11º andar do Ed. Centro Comercial Itália		1.293.519,26	0,08
12º andar do Ed. Centro Comercial Itália		1.305.290,87	0,08
13º andar do Ed. Centro Comercial Itália		854.903,68	0,05
24º andar do Ed. Centro Comercial Itália		1.551.227,27	0,10
25º andar do Ed. Centro Comercial Itália		1.423.324,92	0,09
26º andar do Ed. Centro Comercial Itália		1.533.750,08	0,10
Rua Marechal Deodoro, 630 - Centro Curitiba - PR			
D - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	Própria	39.239.579,19	2,66
Empréstimos Simples		39.289.497,82	2,66
(-) IOF a Recolher		(49.918,63)	0,00

Observação:

(6) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos da Patrocinadora oriundos da reversão da dação em pagamento, no valor de R\$ 83.939.794,42.

5 – DEMONSTRATIVO POR TIPO DE GESTÃO: TERCEIRIZADA OU PRÓPRIA

(INCISO III E VII DO ART. 19 DA IN SPC 14 DE 18/01/2007)

Tipo de Gestão/Gestores	Renda Fixa (R\$)	%	Renda Variável (R\$)	%	Operações c/ Part. (R\$)	%	Imóveis (R\$)	%	Total (R\$)	% Total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	803.366.674	77,35	-	-	39.289.498	100,00	20.914.872	100,00	863.571.044	58,68
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	235.292.221	22,65	372.858.553	100,00	-	-	-	-	608.150.774	41,32
BANCO ABN AMRO REAL S/A	-	-	37.119.925	9,96	-	-	-	-	37.119.925	2,52
BANCO BBM S/A	-	-	72.625.581	19,47	-	-	-	-	72.625.581	4,94
BANCO BNP PARIBAS S/A	46.640.643	4,49	-	-	-	-	-	-	46.640.643	3,17
BANCO BRASCAN S/A	-	-	1.423.470	0,38	-	-	-	-	1.423.470	0,10
BANCO DO BRASIL	15.850.078	1,52	-	-	-	-	-	-	15.850.078	1,08
BANCO ITAÚ S/A	20.050.778	1,93	59.506.826	15,96	-	-	-	-	79.557.604	5,41
BANCO OPPORTUNITY S/A	-	-	57.999.686	15,56	-	-	-	-	57.999.686	3,95
BANCO SAFRA S/A	-	-	26.242.032	7,04	-	-	-	-	26.242.032	1,78
FIDÚCIA ASSET MANAGEMENT S.A. RIO BRAVO INVEST. S.A.	4.463.536	0,43	-	-	-	-	-	-	4.463.536	0,30
GAP ASSET MANAGEMENT	11.170.936	1,08	-	-	-	-	-	-	11.170.936	0,76
GP INVESTIMENTOS	6.649.855	0,64	6.046.013	1,62	-	-	-	-	12.695.868	0,86
HSBC BANK BRASIL S/A	-	-	15.817.839	4,24	-	-	-	-	15.817.839	1,07
IP - INVESTIDOR PROFISSIONAL	-	-	9.399.994	2,52	-	-	-	-	9.399.994	0,64
BNY MELLON ASSET MANAGEMENT BRASIL	10.976.534	1,06	4.942.557	1,33	-	-	-	-	15.919.091	1,08
SCHRODER INVEST. BRASIL S/A	15.837.259	1,52	72.211.151	19,37	-	-	-	-	88.048.410	5,99
UBS PACTUAL SERV. FINANCEIROS S/A DTVM	82.407.500	7,93	-	-	-	-	-	-	82.407.500	5,59
UNIBANCO S.A.	-	-	9.523.479	2,55	-	-	-	-	9.523.479	0,64
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM	21.245.102	2,05	-	-	-	-	-	-	21.245.102	1,44
Total Geral (% s/ o Total dos Investimentos)	1.038.658.895	70,58	372.858.553	25,32	39.289.498	2,67	20.914.872	1,43	1.471.721.818	100,00

6. RISCO DE MERCADO MENSAL (21 DIAS ÚTEIS) INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%

VaR - Valor em Risco	2006		2007		% Limite Política
	Valor (R\$)	% do Valor	Valor (R\$)	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	3.523.596	0,37	2.324.785	1,03%	0,84% ⁽⁷⁾
Segmento de Renda Variável	11.296.625	4,63	8.940.886	10,99%	⁽⁸⁾

(7) Desenquadramento justificado em relatório específico para o Conselho Fiscal e alteração do limite na Política de Investimentos para 2008 para 1,5% ao mês.

(8) Para o segmento de Renda Variável o risco é avaliado através da limitação do risco ativo da carteira, que será limitado a uma perda de no máximo 8,00% ao ano em relação ao benchmark (40% do Ibovespa + 60% do IBRX-50). No ano a diferença acumulada do segmento é -7,22%.

7. RISCO DE CRÉDITO ⁽⁹⁾

Segmento de Renda Fixa	2006	2007	% Limite Resolução 3.456
Baixo Risco de Crédito Tesouro	59,56%	61,27%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	8,56%	9,34 %	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-	20,00%

(9) Percentual em relação à carteira de investimentos.

8. EMISSÕES DE TÍTULOS PRIVADOS CARTEIRA PRÓPRIA

	Saldo (R\$) em 31/12/2007	% PL
EMPRESAS FINANCEIRAS	59.032.574,17	4,02%
Banco Daycoval S.A.	7.014.396,21	0,48%
Banco Industrial do Brasil S.A.	8.336.709,27	0,57%
Banco Pine S.A.	5.376.643,37	0,36%
Banco Sofisa S.A.	5.521.972,73	0,38%
BIC - Banco Industrial e Comercial S.A.	13.708.883,54	0,93%
Debênture BV Leasing	13.551.996,32	0,92%
Paraná Banco S.A.	5.521.972,73	0,38%
EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS	15.527.565,02	1,06%
MRS Logística S.A.	2.077.636,65	0,14%
Novamarlim Petróleo S.A.	732.579,89	0,05%
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	8.024.524,68	0,55%
Rio Bravo Securitizadora S.A.	4.692.823,80	0,32%
Total	74.560.139,19	5,08%

9. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS ⁽¹⁰⁾

Descrição	2006 (R\$)	2007 (R\$)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DA FIBRA (A) ⁽¹¹⁾	6.987.245,72	7.442.024,77
Água, Luz e Telefone	39.182,66	37.824,04
Alugueis	168.129,24	160.323,50
ANBID, Andima e Econômica	13.622,81	16.151,00
Associações e Classe	57.465,40	55.648,23
Auditoria Externa	23.911,12	12.547,55
Comunicação Social	95.399,18	70.699,55
Conservação, limpeza, copa e manutenção	143.496,22	99.131,27
Consultoria atuarial	123.470,86	88.726,20
Consultoria de Investimentos	158.582,60	197.396,03
Consultoria de RH	44.401,41	49.350,22
Consultoria do Sistema de Gestão da Qualidade	34.094,74	60.113,96
Consultoria Previdenciária	24.000,00	24.000,00
Depreciações e Amortizações	134.790,80	116.699,69
Despesas advocatícias	172.925,88	171.022,46
Despesas com treinamentos inscrições e viagens	98.579,35	35.642,46
Despesas de viagens a serviço	107.423,04	107.425,35
Despesas de viagens dos colegiados	34.318,46	21.257,20
Despesas de viagens para defesa em processos judiciais	18.999,77	20.521,74
Despesas legais e tributárias (PIS, COFINS)	420.736,81	443.863,79
Despesas postais e telegráficas	37.769,91	41.474,14
Estagiários, mensageiros e outros	54.594,42	45.925,22
Jornais, livros e revistas	8.892,21	9.955,46
Manutenção de equipamentos e software	72.979,16	110.788,91
Material de expediente	56.804,64	64.026,15
Microfilmagem/digitalização e armazenagem de documentos	8.734,16	11.694,50
Pessoal e Encargos	4.833.940,87	5.369.816,15

CUSTOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS (B)	3.373.225,56	3.469.750,79
DESPESAS CONTABILIZADAS DIRETAMENTE NOPROGRAMA DE INVESTIMENTO	590.737,51	555.342,99
Honorários Advocatícios - recuperação de investimentos - provisão	214.594,09	195.127,87
IPTU e Condomínio de imóveis não locados	136.898,71	184.442,61
SELIC, CETIP, CBLC e outras	25.964,24	34.818,84
Corretagens	16.150,36	-
Custódia/Controladoria	197.130,11	140.953,67
DESPESAS DEBITADAS NOS FUNDOS EXCLUSIVOS ^{(12) (13)}	2.782.488,05	2.914.407,80
Auditoria Externa	39.106,01	50.795,60
Custódia/Controladoria	111.511,28	235.438,45
Corretagens	347.692,61	391.273,07
SELIC, CETIP, CBLC e outras	100.671,35	130.454,98
Taxa de Performance Fee	481.345,70	486.833,70
Taxa de Administração dos fundos exclu- sivos	1.561.521,10	1.413.452,00
Taxa de Fiscalização da CVM	140.640,00	206.160,00
TOTAL DAS DESPESAS (A+B)	10.360.471,28	10.911.775,56

(10) Despesas administrativas do plano de benefícios divulgadas em atendimento ao artigo 7º do Anexo da Resolução CMN nº 3.456, parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e Resolução CGPC nº 23, de 06/12/2006.

(11) Inclui despesas de investimento passíveis de cobertura pelo programa de investimentos.

(12) Não inclui as despesas dos fundos mútuos.

(13) O reflexo na redução de custos pela mudança na estrutura de gestão será observado a partir de 2008.

10. INFORMAÇÕES GERAIS

Custodiante: Banco Bradesco S.A

Responsável pela Controladoria: Banco Bradesco S.A

Agente Fiduciário: Banco Bradesco S.A

Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu

Responsável pela auditoria de gestão: BDO Trevisan Auditores Independentes

Relatório elaborado por: Wevergton Adão

Conferido por: Augusto Janiszewski